REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XII - NÚMERO 66 - BIMESTRAL - 2017
www.ibefrio.org.br

Natalia Branco, diretora do Espaço Qi

Pedro Dutra: educação e desenvolvimento

Fábio Coimbra: Pré-Sal, do sonho ao pesadelo

Cynthia Catlett: o futuro corporativo depende de *Compliance*

Murilo Jacoby Fernandes: novas regras de contratos para estatais

Estante: "A crise fiscal e monetária brasileira", de Edmar Bacha

IBEF
Rio de Janeiro

www.pwc.com.br/imperativos-negocios

mcgarrybowen

O mundo pede novas leituras.

As rápidas transformações do mundo geram novos e grandes desafios. É por isso que nós, da PwC, ajudamos nossos clientes a enfrentá-los para que permaneçam como líderes em seus setores, identificando as oportunidades no ambiente de negócios. Com uma visão integrada, compartilhamos tendências e traçamos caminhos em parceria. Assim, desenvolvemos e implementamos soluções mais criativas, eficientes e inovadoras, que vão da estratégia à execução. Acreditamos que a melhor forma para fazer com que nossos clientes sejam ainda mais bem-sucedidos é levar a eles novas leituras sobre os seus negócios.

Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.

PwC Brasil
@PwCBrasil
@pwcbrasil
PwC Brasil
PwCBrasil
PwC Brasil

pwc

© 2017 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Proibida a distribuição sem a prévia autorização da PwC. O termo "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. de firmas membro da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto determina, a cada uma das firmas membro participantes da rede da PwC. Cada firma membro da rede constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure

Editorial

Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foi eleito o EXECUTIVO DO ANO

Nesta primeira edição de 2017, parabenizamos Carlos Arthur Nuzman, que com merecimento foi eleito pelo Conselho Diretor do IBEF Rio como o "Executivo do Ano de 2016 - Troféu O EQUILIBRISTA".

A determinação do agraciado em trazer para a cidade do Rio de Janeiro uma Olimpíada, seu empenho na preparação dos jogos e eficiência na realização de um dos mais bonitos e bem organizados jogos olímpicos o credenciaram a receber esta homenagem. O reconhecimento do IBEF Rio se alinha com inúmeras manifestações internacionais que aplaudiram as Olimpíadas do Rio.

O começo do ano vem acompanhado de sinais positivos sobre a recuperação econômica do país. Ressaltamos aos nossos leitores, que apesar das previsões otimistas baseadas no controle da inflação e cortes mais agressivos na Selic, analistas orientam continuar apostando em investimentos & aplicações atreladas à taxa. A Bolsa de Valores e imóveis devem começar a ser monitorados para os próximos passos em investimentos.

A **Revista IBEF** na sua edição de número 66 reúne artigos e matérias de grande interesses:
a saúde dos executivos está na pauta, assim como: pré-sal, crise fiscal, novas regras para contratos de estatais, cultura, turismo e temas internacionais que se refletem aqui no Brasil.

Obrigado pela leitura de nossa revista!

Fevereiro 2017

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Natalia Branco, diretora do Espaço Qi: autoconhecimento, saúde e bem estar

OPINIÃO.....5
Pedro Dutra: Educação e Desenvolvimento.

OPINIÃO.....6
Cynthia Catlett: o futuro corporativo depende de Compliance.

OPINIÃO.....10
Cláudio Gonçalves dos Santos e Fábio Coimbra: Pré-Sal - do sonho ao pesadelo.

OPINIÃO.....12
Daniela Schermann: Storytelling - como contar uma boa história pode ajudar sua pesquisa de mercado.

ECONOMIA.....14
Fontenelle, Fabio Florentino e Bruna Felizardo: o que você precisa saber sobre o prazo de entrega do Bloco K.

OPINIÃO.....16
Murilo Jacoby Fernandes: Lei 13.303/2016 - Novas regras de Licitações e Contratos para as Estatais

NACIONAL.....19
Portal da Transparência do Governo Federal registra recorde de acessos em 2016.

OPINIÃO.....20
Itali Collini: A mulher e o trabalho no mercado financeiro brasileiro.

DAY TRADE.....21
Coluna de informação.

INTERNACIONAL.....22
Estabilidade, mas até quando?

INTERNACIONAL.....24
Mercado de diamantes cresce 3%, afirma estudo da Bain & Company.

ESTANTE.....25
Coluna sobre publicações editoriais.

SAÚDE.....26
Antonio Carlos Lopes: os falsos planos populares.

TURISMO.....28
Anderson Cooper declara seu amor por Trancoso e constrói casa no vilarejo.

CULTURA.....30
Álvaro Costa e Silva: o Valongo, no Rio, foi mesmo um ponto de desembarque de escravos?

NACIONAL.....32
Otis comemora 110 anos no Brasil.

INTERNACIONAL.....34
Entidades cobram de Michel Temer inclusão do tema contrabando.

OPINIÃO.....35
Blake Schmidt: José Cutrale é revelado como bilionário.

JURISPRUDÊNCIA.....38
TRF3 condena homem acusado de forjar união estável para receber pensão por morte.

OPINIÃO.....40
Andréia Lopes: a palavra é a Comunicação.

Natalia Branco, diretora do Espaço Qi: autoconhecimento, saúde e bem estar

Revista IBEF - Qual a sua formação e como iniciou a carreira?

Sou formada em psicologia pela PUC-Rio, pós graduada em Gestão de Negócios pelo IBMEC. Atuei sempre na área de Recursos Humanos e iniciei minha carreira numa grande empresa da área farmacêutica. Depois de alguns anos, fui trabalhar na Branco Consultores, um escritório de Consultoria Tributária onde continuei com o RH e assumi algumas funções administrativas-financeiras.

Revista IBEF - Quando e por que abriu o Espaço Qi – Autoconhecimento, Saúde e Bem Estar?

Após trabalhar 4 anos no escritório de advocacia, não me sentia realizada, faltava alguma coisa. Comecei a me sentir muito desconectada com a minha rotina, até que me percebi triste. Comecei uma busca por algo, por um propósito, até que conheci o Reiki (técnica japonesa de imposição das mãos). O Reiki foi um divisor de águas na minha vida. A partir daquele momento, eu sabia exatamente o que

“O Espaço Qi (Qi = energia vital – se pronuncia “chi”) completou 2 anos de vida”

eu queria da vida: ajudar às pessoas a se curarem internamente e a alcançar um estado de plenitude e equilíbrio. Permanecei mais 4 anos no escritório, porém, paralelamente, comecei a investir no meu sonho fazendo muitos cursos, lendo muitos livros e trabalhando como Terapeuta depois do expediente e nos finais de semana. Em meados de 2014 me senti preparada para abrir meu próprio consultório, fato que se realizou em janeiro de 2015. O Espaço Qi (Qi = energia vital – se pronuncia “chi”) completou 2 anos de vida em janeiro de 2017.

Revista IBEF - Qual a proposta e o que o Espaço Qi oferece?

A proposta primordial do Espaço Qi é o acolhimento do outro, é doar Amor para que as pessoas possam percorrer o processo de cura interna da melhor forma possível, é mostrar um novo olhar, mais consciente, acerca das questões que permeiam o indivíduo (problemas, dificuldades, medos, angústias, etc).

O Espaço Qi oferece serviços como Terapia Reiki com Cristais, Meditação para pequenos grupos; Mapa Numerológico; Terapia Renascer – Abordagem Coaching; Leitura de Baralho Cigano, Acupuntura; Cursos de Reiki e de Baralho Cigano e Workshops de Cristais, Física Quântica e Espiritualidade.

Revista IBEF - Qual a importância da meditação para os executivos(as), num mundo cada vez mais concorrido e competitivo?

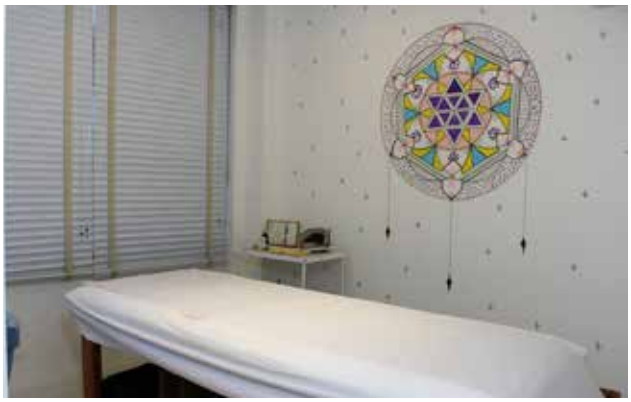
Atualmente temos uma vida muito acelerada. Diariamente, nosso cérebro é bombardeado com milhares de informações por segundo. Nossa mente está viciada no barulho, no tumulto, na rapidez. O ambiente corporativo é conhecido por ser muito competitivo, estressante e de muita pressão. Preocupações diárias, excesso de trabalho, insegurança, frustrações, pressão, desencadeiam reações prejudiciais à saúde. Quem vive uma rotina estressante libera altos níveis de hormônios que provocam instabilidade no organismo. Estar sob um estado de tensão mexe com o funcionamento do cérebro. A meditação é uma excelente ferramenta para diminuir a atividade cerebral, reduzir a pressão arterial e, consequentemente, reduzir o nível de estresse, pois abre-se espaço para o silêncio.

Este silêncio traz como consequência uma melhor produtividade a nível profissional.

Revista IBEF - Como vê o mercado de saúde com o aumento da longevidade e os preços cada vez mais absurdos?

Acredito que mais cedo ou mais tarde a indústria da saúde terá que rever alguns conceitos e abrir uma brecha para a medicina da Nova Era. A medicina tradicional é muito importante para os casos de doença que possuem sua origem em alguma deficiência bio química. Porém, a Ciência da Física Quântica já comprovou por inúmeros experimentos que não somos apenas esse instrumento biológico (corpo físico). Possuímos também corpos sutis (feitos de energia) que muitas vezes, é de onde os sintomas se originam. Para tratar desses corpos sutis é necessário terapias que atuem em campos de energia, eletromagnéticos. As terapias holísticas, no meu ponto de vista, serão a nova medicina do futuro. Uma medicina que vem complementar e que trata o ser humano de forma integral, ou seja, considerando os aspectos físico, emocional, mental e espiritual. Esse movimento já está acontecendo, de forma lenta. Já é possível encontrar alguns hospitais como Sírio Libanês e Albert Einstein que utilizam técnicas como Reiki e Acupuntura em conjunto com tratamentos tradicionais de quimioterapia e radioterapia.

"Consciência de que é nossa a responsabilidade acerca da energia que permeia o ambiente de trabalho em que vivemos, a importância de termos um momento do dia onde possamos nos conectar com nosso interior, abrir espaço para o silêncio e como isso pode afetar profundamente todas as áreas da nossa vida: profissional, afetiva, pessoal."



Revista IBEF - Qual a saída para os(as) executivos (as) vencerem a ansiedade e stress, onde hoje ninguém se desliga?

Vivemos um período turbulento mundialmente falando, onde nossa fé, nosso amor e a confiança em nós mesmos estão sendo testados a todo momento. A saída é as pessoas criarem a consciência de que precisamos encontrar algo que não se abale com o que acontece lá fora. Precisamos encontrar essa força, esse poder, essa calma. Isso é possível através do cultivo do silêncio interior.

Revista IBEF - O que é o Projeto Conexão – Meditação Corporativa?

O Programa Conexão tem como objetivo principal trazer a cultura da consciência para dentro das organizações. Consciência de que é nossa a responsabilidade acerca da energia que permeia o ambiente de trabalho em que vivemos, a importância de termos um momento do dia onde possamos nos conectar com nosso interior, abrir espaço para o silêncio e como isso pode afetar profundamente todas as áreas da nossa vida: profissional, afetiva, pessoal. Quando essa conexão é feita por membros de uma mesma equipe, ela contribui para um clima positivo e mais tolerante, estimulando a cooperação e a sinergia entre os colaboradores em torno de seus objetivos comuns. Essa conexão é feita através da prática de meditação, exercícios de respiração e Reiki.

Revista IBEF - Cite cursos que tenha feito, cases e experiências que voce liderou como diretora do Espaço Qi.

Além de mestre em Reiki, também sou Cristaloterapeuta, Terapeuta Floral, além de ter estudado muitos anos de Astrologia, Tarô, Projeção Astral e, atualmente, estou me especializando em Física Quântica.

Realizamos o Projeto Conexão na GSK – GlaxoSmithKleine que teve uma excelente adesão. Mas é muito importante que a empresa queira que seus colaboradores participem do projeto, pois somente a prática pode gerar algum resultado. Costumo dizer que meditação é 99% prática e 1% teoria.

Revista IBEF - Em poucas palavras cite seu(s) hobby(s).

Nas minhas horas livres procuro estar sempre perto da natureza, na praia, na cachoeira, sempre com um bom livro na mão. E claro, estar com os amigos e me divertir um pouco, afinal o riso e a descontração são e sempre foram os melhores remédios.

Educação e Desenvolvimento

*Pedro Dutra**

Ao início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, os Estados Unidos ainda não haviam vencido a depressão deflagrada dez anos antes pela crise de sua bolsa de valores. As tentativas de superá-la, erráticas umas, infrutíferas outras, não haviam ainda relançado a economia norte-americana, desde o início do século XX a mais desenvolvida entre as nações. Só com o ataque japonês à Pearl Harbour em dezembro de 1941, os Estados Unidos entraram na guerra, contra o estado nazista. Porém, os dois anos em que a guerra já era travada na Europa com incrível ferocidade e um incontido avanço das tropas nazistas, os Estados Unidos converteram-se nos grandes fornecedores de equipamentos militares e víveres às nações aliadas, e assim viram a sua economia crescer vigorosamente.

Mas, ainda em 1944, percebeu o Congresso norte-americano que aquele surto de prosperidade econômica não poderia ser mantido sem que fosse atendida uma realidade que se apresentaria imediatamente, ao fim próximo do conflito: o retorno à vida diária de centenas de milhares de soldados, homens e mulheres, enviados à frente de guerra, todos muito moços, e o desafio de habilitá-los para iniciar uma vida profissional civil.

Por essa altura, em 1946, o Congresso já aprovara o plano de recuperação econômica da Europa – plano Marshall –, que iria, pelos anos seguintes, despejar, a dinheiro da época, 14 bilhões de dólares — hoje mais de 250 bilhões de dólares — para ajudar a reerguer os devastados países da Europa ocidental, e também ajudar a escoar a grande produção norte-americana. Em paralelo, aprovou Congresso a lei que ficaria conhecida como GI Bill, que recebeu uma dotação de 14,5 bilhões de dólares, entre 1944 e 1956, valor superior ao destinado ao Plano Marshall. Cinco anos depois, cerca de meio milhão de universitários se formaram, cerca de cento e cinquenta mil deles mulheres, uma cifra expressiva, comparada à de 1940, quando pouco mais de duzentos mil universitários haviam colado grau.

O espetacular desenvolvimento econômico e social dos Estados Unidos pelas décadas seguintes, até meados de 1970, quando transformações estruturais iriam impor uma nova ordem econômica global, cujos efeitos até hoje não foram devidamente apropriados em uma nova moldura institucional, achou nos quadros universitários e técnicos, formados com apoio da GI Bill, o seu verdadeiro sustentáculo.

Ainda no Império, Rui Barbosa elaborou um plano de reforma do ensino, em seus três níveis, realçando o papel fundamental do ensino na transformação de uma sociedade rural para uma sociedade industrial. O projeto, que seria considerado pela UNESCO uma das mais significativas contribuições de seu tempo, morreu, contudo, nos desvãos do Congresso brasileiro.

Não seria hora de a sociedade brasileira pensar em um plano global de reforma do ensino, com critérios modernos e recursos definidos? Afinal, educação é desenvolvimento para todos, sem exceção.

** Advogado.*

O futuro corporativo depende de Compliance

*Cynthia Catlett**

Em razão das crises políticas e econômicas, empresas em todo o mundo estão enfrentando uma revolução em relação as suas práticas de governança. Mas o empresariado ainda precisa ser educado sobre os diversos mecanismos e diretrizes de controle existentes

Desde a década passada, Compliance passou a ser prerrogativa para a maioria das empresas nacionais e internacionais. Sinônimo de legitimidade e confiança, a implantação de processos de conformidade com padrões regulatórios agora é prioridade entre as empresas do mundo inteiro. Refutando o método paliativo, organizações brasileiras começam a observar a importância da proatividade neste quesito, principalmente, em razão das crises e escândalos reverberados pela mídia, envolvendo casos de fraude e corrupção nas maiores companhias do País.

A mudança na mentalidade corporativa faz parte de um movimento mundial, impulsionado pela exposição da fragilidade das empresas e pela sua punição em razão da falta de supervisões adequadas. Isso também se deve à considerável expansão do escopo e da complexidade das atividades empresariais, aliadas a um ambiente regulatório complicado e em constante mudança – estamos perto de completar três anos da promulgação da Lei Anticorrupção, o que elevou a importância e acelerou ainda mais a busca por programas e políticas de governança transparentes.

E não se trata mais de questionar a necessidade ou não de colocar as atividades da empresa sob a orientação de um sistema de controles internos. A decisão de montar uma estrutura de Compliance não é vista somente como um diferencial, mas como obrigação para a administração que deseja garantir a longevidade do seu serviço ou produto, obter vantagem competitiva e oferecer credibilidade aos clientes e parceiros.

Apesar da urgência em se adotar mecanismos eficientes e procedimentos de integridade, muitas empresas ainda têm dúvidas sobre quais definições e elementos devem constar nos seus programas de Compliance. Em razão da recente disseminação do conceito no Brasil, as diretrizes são inspiradas, em sua maioria, nas estratégias já consolidadas em outros países.

Entretanto, o mercado interno também se baseia nos exemplos de subsidiárias de corporações estrangeiras estabelecidas no Brasil, além das instituições financeiras nacionais, que são submetidas à fiscalização de diversos órgãos reguladores e precisam de controles eficientes para continuar operando.

Contudo, para haver a implantação de uma governança transparente é preciso que a alta administração reconheça que a empresa precisa de um mecanismo de Compliance sólido. E é nessa hora que as dúvidas surgem. Existem diferenças e elementos que devem ser considerados na aplicação e na formulação de uma área de Compliance e suas diretrizes. E

é papel dos consultores educar o empresariado brasileiro, que muitas vezes se sente confuso em relação ao assunto. É preciso explicar as ferramentas de controle e as inovações do setor, ao mesmo tempo em que se esclarece a importância destes sistemas numa linguagem de fácil compreensão, para que sejam aceitas e colocadas em prática.

Fronteiras entre Compliance e a auditoria interna

Existem diferenças fundamentais na aplicação de controles em instituições financeiras e na indústria, mas, para compreender isso, também é preciso desmistificar as divergências que existem entre departamentos e funções de Compliance e auditoria interna. Podemos afirmar de antemão que um não anula o outro, são complementares. Vamos iniciar a explicação primeiramente pelo o que é o Compliance e seu conceito.

À medida que uma corporação começa a se expandir, naturalmente, suas operações se tornam mais complexas, fazendo com que a alta administração tenha uma rotina conduzida por colaboradores em regiões diversas. Sem o devido controle, empresas cujos processos atravessam uma cadeia ampla, inevitavelmente, têm seu espaço à disposição para a ação de pessoas má intencionadas.

Em atividades regulamentadas como, por exemplo, no caso dos bancos, o descumprimento das normas impostas pelos reguladores representa um grande risco e ameaça a continuidade de suas atividades. Neste sentido, a experiência nos mostra que a falta de supervisão fatalmente leva empregados e colaboradores a não reportar ou não seguir procedimentos, seja pela falta de conhecimento ou entendimento das instruções ou até por motivos de transgressão clara - como situações em que gestores são pressionados a atingir metas e resultados, mesmo que de maneira ilícita.

Com os controles enfraquecidos, a ocorrência de falhas operacionais fica evidente e a fragilidade dos processos facilita a ação de fraudadores. Para se proteger, a companhia precisa adotar mecanismos para estar em Compliance cotidianamente, tais como possuir regras internas pré-estabelecidas formalmente em um manual ou guia de instruções, onde se deve incluir e destacar o Código de Ética e Conduta da corporação.

Utilizar processos automatizados é uma maneira de oficializar a prestação de serviços, por meio de contratos padronizados que permitam o preenchimento adequado das variáveis. Desta forma, quando as condições da prestação do serviço divergem, é gerada automaticamente uma notificação sobre a pendência que deverá ser esclarecida antes da formalização. Outra recomendação é implantar métodos de auto avaliação, permitindo a análise individual e da equipe com relação aos parâmetros estabelecidos, níveis de risco e eficiência, além do comprometimento com os controles.

Dependendo da necessidade, designa-se um responsável pela supervisão geral do Compliance na companhia, a quem caberá a missão de espalhar as informações e diretrizes definidas pelos gestores da alta administração, além de comunicar mudanças nas leis e normas que possam colocar a organização em algum tipo de risco. Também será responsabilidade deste funcionário, ou da área, manter colaboradores e parceiros atualizados sobre o tema, para que este não caia no esquecimento e nem seja negligenciado com o passar do tempo.

Resumidamente, essas são algumas das ferramentas que auxiliam o controle de processos, assegurando a conformidade dos procedimentos internos com os regulamentos externos e internos da empresa. No entanto, somente a implantação de tantas ferramentas de nada adianta se não forem fiscalizadas de forma independente. É neste momento que a auditoria entra em cena com o objetivo de avaliar se todos os mecanismos do Compliance estão sendo aplicados ou utilizados corretamente.

Por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, a auditoria interna avalia a eficácia da gestão de risco, do controle e dos processos de governança. Os auditores possuem funções vitais e complementares que auxiliam as organizações a se adequarem às normas e regulamentos do seu setor.

Quando no passado o Compliance era inexistente, os auditores internos cumpriam esse papel de certa forma, contribuindo para a instalação de controles. Porém, a verdadeira essência do auditor está na atividade de averiguação e consultoria independente e objetiva, com a finalidade de trazer valor e melhorar as operações de uma empresa.

Podemos concluir que, enquanto o Compliance procura atuar na fase de definições ou estabelecimento de regras, procedimentos diários, treinamento individual e de áreas, além da conscientização de todas as partes interessadas,

acionistas, colaboradores, fornecedores, funcionários, entre outros; a auditoria busca identificar oportunidades de aperfeiçoamento, tornar os controles mais eficientes, detectar indícios ou existência de irregularidades na organização,

Compliance em instituições financeiras X indústria

Agora podemos falar sobre algumas diferenças entre a aplicação de controles na indústria e em instituições financeiras. Para isso, precisamos olhar para o passado. Na década de 1990, com a abertura comercial, o Brasil buscava se alinhar ao mercado internacional em termos de competitividade, o que despertou a atenção de órgãos reguladores sobre a necessidade de se equilibrar as regras internas em relação às normas internacionais.

Desde a Grande Depressão norte-americana, o sistema financeiro já procurava reforçar a normatização do mercado por meio de uma supervisão constante de suas práticas. Em 1975, por exemplo, foi estabelecido o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, que até hoje funciona como um fórum mundial para discussão e cooperação no assunto, impondo regras rígidas e fiscalizações rigorosas para o setor.

No entanto, fatos históricos e relevantes mundialmente, como o ataque de 11 de setembro e a sucessão de escândalos financeiros em Wall Street, despertaram a necessidade de regulamentações ainda mais assertivas e aplicáveis internacionalmente. Desta forma foi criada em 2002 a Lei Sarbanes-Oxley, também conhecida como SOX, que visa à obrigatoriedade de mecanismos confiáveis nas empresas e regras a fim de mitigar riscos, ocorrências de fraudes ou corrupção nas organizações.

Pressionadas pela legislação, além de acionistas, clientes e fornecedores, as instituições financeiras passaram rapidamente a fazer estruturações estratégicas, organizacionais e tecnológicas, para assegurar o aprimoramento do valor e da reputação corporativa. O Compliance então chegava num momento conturbado, onde as transformações estavam ocorrendo simultaneamente. Atualmente, além de ter de se adequar às agências reguladoras e leis internacionais, as instituições financeiras atuantes no Brasil também precisam se atentar às regras estabelecidas pelo Banco Central (Bacen) e outras normas, como o Código de Defesa do Consumidor (CDC), por exemplo.

Mesmo diante de um cenário regulatório complexo, diversos estudos comprovam que companhias no mundo todo enxergam valor no Compliance. O verdadeiro desafio está na dificuldade em se justificar os custos destes controles. Apesar de, obviamente, os custos da não implantação destes mecanismos serem maiores.

De forma resumida, os gastos com uma política de Compliance podem ser divididos em três aspectos: custos de manutenção, de não conformidade e de governança. O primeiro se refere aos custos para executar e promover essa política, como gasto de pessoal, treinamento, comunicação interna e consultoria. Já no segundo, custos de não conformidade, podemos citar penalidades, multas e tributos, custos de remediação, perda da receita, interrupção dos negócios e perda da produtividade, impacto no capital, danos à reputação da empresa, de seus empregados e da marca, despesas com advogados, custos judiciais e valor/hora da alta administração. Por último, mas não menos importante, os gastos com governança se resumem à manutenção e às despesas da diretoria e dos comitês, custos legais e jurídicos, contratação de auditoria externa e relacionamento com investidores e comunicações.

As empresas brasileiras em geral (indústria) que pretendem adotar programas de Compliance hoje contam com uma estrutura de incentivo estabelecida, que incluem a governança corporativa, o Índice Dow Jones, a Lei Sarbanes-Oxley, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, o UK Bribery Act, o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), entre outras. Neste sentido, a Lei Anticorrupção Empresarial do Brasil surge como mais uma bússola -somada aos demais modelos de estrutura já existentes- que deve servir como instrumento de direcionamento e estímulo a uma conduta empresarial ética e de combate à corrupção, com o intuito de reforçar a confiança dos investidores no âmbito nacional e internacional e trazer benefícios à sociedade brasileira.

Com as recentes crises políticas e financeiras que afetam o Brasil e o mundo, novas exigências regulatórias globais e locais deverão ser introduzidas com a finalidade de contribuir com a sustentabilidade empresarial e a criação de valor no longo prazo. Neste sentido, programas de Compliance ganham ainda mais importância, pois continuarão a ser um mecanismo para avaliação e neutralização dos riscos já existentes, além de uma ferramenta para análise e entendimento das novas regulamentações que surgirão e precisarão ser acompanhadas para garantir às empresas a mitigação de novos riscos.

** Diretora executiva da FTI Consulting.*

Grupo PPF Brazil

- Contabilidade
- Consultoria
- Recursos Humanos
- Auditoria

Avenida Rio Branco, 81 - 18º andar - Centro - Rio de Janeiro / RJ
Tel.: (55 21) 2224-3794
ppfbrazil@ ppfbrazil.com.br
ppfbrazil.com.br

Pré-Sal - do sonho ao pesadelo

*Cláudio Gonçalves dos Santos e Fábio Coimbra**

Como abertura deste artigo, apresenta-se um provérbio chinês para caracterizar os resultados dos movimentos políticos e econômicos que ocorreram no Brasil nos últimos anos e que influenciaram sobremaneira a Petrobrás: "Visão sem ação é sonho. Ação sem visão é pesadelo".

O Brasil navegou por alguns anos em águas favoráveis, mesmo com o cenário internacional adverso. Dentre os ventos que contribuíram a favor do Brasil estão:

(i) 2001 – crescimento da relevância dos países emergentes na economia global e surgimento do acrônimo BRIC em 2001, atribuído ao economista Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs;

(ii) 2006 - descobrimento de petróleo na camada pré-sal, dando inicio a um ufanismo nacional de que o país teria se tornado rico, sem a necessidade de reformas estruturais, como as fiscal, tributária, politica e da previdência. Nosso país teria descoberto o pote de ouro no final do arco-íris e seus cidadãos passariam a viver a beira mar, na sombra dos coqueiros, tomando água de coco e bebendo caipirinha;

(iii) 2008 – as principais agências de classificação de risco (S&P, Moody's e Fitch) atribuíram grau de investimento ao risco soberano brasileiro.

Como resultado, o Brasil atraiu bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro.

O mercado de capitais passou por um *boom* de ofertas públicas de ações. Em 2010, a BM&FBovespa era a segunda bolsa de valores mais valorizada do mundo, com valor de mercado de R$ 30,4 bilhões, superada apenas pela bolsa de valores de Hong Kong[1]. O país acumulou reservas internacionais que superavam US$ 370 bilhões.

Com todos os ventos a favor, surgiu o ambiente favorável para o governo fazer uso político da Petrobrás. A Lei no 12.351 de 22.12.2010 estabeleceu as regras para exploração do Pré-Sal, imputando à Petrobrás o ônus de ter que explorar o pré-sal, sem poder decidir se o investimento era adequado ou não. Por força da Lei, a Petrobras passou a ser obrigada a participar de todos os projetos relativos ao pré-sal, com investimento minimo de 30% em cada projeto, em todas as atividades de exploração e produção. Após a aprovação da Lei, a aludida exigência tornou-se um problema, ao demandar considerável investimento financeiro por parte da Petrobrás, em um cenário no qual sua situação econômico-financeira estava ruim.

Em 2010, a Petrobrás era uma das cinco maiores companhias petrolíferas de capital aberto do mundo, possuindo projetos de investimentos significativos. A necessidade de investimentos da empresa de 2010 a 2014 era de US$ 224 bilhões, de acordo com o plano de negócios divulgado pela empresa. Além da necessidade de investimentos elevada, a empresa tinha que lidar com uma dívida de R$ 118,4 bilhões em junho de 2010, valor equivalente a 34% de seu patrimônio líquido, conforme informações divulgadas pela empresa. Cabe lembrar que o teto para endividamento, estabelecido pelo seu conselho de administração era de 35% de seu patrimônio liquido.

Sem poder se endividar mais e, sendo, por força da Lei no 12.351, responsável pelos investimentos para exploração do pré-sal, a empresa optou por fazer uma capitalização. Em setembro de 2010, a Petrobrás anunciou que conseguiu captar no mercado de capitais US$ 69,97 bilhões[2], considerada na época a maior capitalização já realizada no mundo.

Para se manter no controle do capital da empresa, o governo federal teria que disponibilizar muito dinheiro no processo de capitalização da Petrobrás. Como alternativa, surgiu a idéia de "cessão onerosa", por meio da qual o governo decidiu fazer uso do petróleo da camada pré-sal, ainda não explorado e de propriedade da União, para pagar sua parte na capitalização da empresa. Desse modo, o governo cedeu cinco bilhões de barris de petróleo à Petrobras

ao valor de US$ 8,51 por barril[3]. Tal valor foi bastante questionado, por ser considerado elevado, por diversos acionistas que alegaram prejuízo para a empresa e benefício para o governo, além da possibilidade das estimativas de óleo não se concretizarem. Como agravante, a definição do valor do barril, feita pela Presidência da República, completou o quadro de inquestionável conflito de interesses. Como resultado desta operação, o governo manteve sua participação acionaria no capital da empresa, sem ter que desembolsar um centavo.

A derrocada:

Ato 1: Uso politico da empresa. Em dezembro de 2012, como resultado da utilização da Petrobrás como instrumento de política econômica - controle no preços dos combustíveis para conter a inflação, não repassando para os preços dos combustíveis e derivados, o aumento do preço do petróleo no mercado internacional, o valor de mercado da Petrobras era de R$ 246,68 bilhões. As ações caíram 24,7% no ano de 2012. Se comparado ao valor de mercado em 2010, a perda foi de R$ 120 bilhões, equivalente ao valor da capitalização[4].

Ato 2: Corrupção. A operação Lava Jato, maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro feita em nosso país, teve início em março de2014. Apesar de seus reflexos já serem sentidos, seus desdobramentos parecem longe de terminar. No escopo da referidas investigação, encontram-se executivos e pessoas ligadas à Petrobras e seus fornecedores, além de políticos. Em abril de 2016, a Petrobrás oficialmente divulgou prejuízo associado à corrupção em US$ 6 bilhões. Por sua vez, a Polícia Federal na mesma época estimou os desvios/perdas em US$ 42,8 bilhões. Em março de 2016, a empresa divulgou os resultados de 2015: prejuízo de US$ 34,836 bilhões. O resultado foi impactado por revisão no valor dos ativos em US$ 47,6 bilhões. As ações da empresa atingiram a menor cotação em janeiro de 2016, estando cotadas em ON R$ 6,20 e PN R$ 4,20[5]. O valor da Petrobrás na Bolsa de Valores era de US$ 19,5 bilhões[6], equivalente a 6% do valor de mercado da Americana EXXON, avaliada em US$ 323 bilhões e 12,5% do valor de mercado da Chevron, avaliada em US$ 157 bilhões[7].

O uso politico da Petrobrás, potencializado pelas diversas falhas de governança corporativa e pela má gestão, associados aos efeitos da Operação Lava Jato, colocaram e empresa em uma tempestade perfeita. Neste contexto e com a mudança de governo, foi criado o ambiente favorável para a flexibilização da Lei de exploração e produção dos campos de petróleo do pré-sal, desobrigando a Petrobras de participar em todos os consórcios.

Do ponto de vista da Petrobrás, considerando o seu elevado endividamento e o grande esforço que a sua administração tem feito para vender ativos não estratégicos e melhorar a sua situação financeira, não é sensato nem racional que a empresa seja obrigada a fazer qualquer investimento. Aliás, não seria mesmo que o endividamento estivesse em níveis razoáveis. A Petrobrás deve ter autonomia, como qualquer empresa, para decidir quais investimentos são relevantes, com base em critérios empresariais e de forma coerente com seus objetivos e com a sua estratégia de negócios. Do ponto de vista do país, a retirada da obrigatoriedade da Petrobras será benéfica na atração de outras empresas e de investidores. Com investimentos, haverá efeitos positivos para o país, devido à criação de empregos e à arrecadação de recursos para a educação e a saúde. Acredita-se que o governo deu os primeiros passos para "destravar os investimentos". O mercado tem expectativa que os primeiros leilões de jazidas descobertas sejam realizados em 2017, dentro do contexto do ambiente regulatório da nova Lei.

Por fim, anseia-se por melhorias significativas e consistentes na governança corporativa e na gestão da Petrobrás. Os atuais conselho de administração e diretoria vêm dando diversos indicativos positivos neste sentido, o que tem se refletido na cotação das ações da empresa e na elevação da sua nota de crédito pela agência de classificação de riscos Moody's. Como forma de pavimentar o caminho da Petrobrás rumo à recuperação e coroar os esforços feitos até então, a atual administração deveria alçar a empresa ao Novo Mercado, o mais elevado nível de Governança Corporativa na BM&F Bovespa e também aderir ao Programa de Governança das Estatais.

[1] Conforme dados da BM&F Bovespa.
[2] Segundo noticiado pelo Jornal Valor Econômico.
[3] Idem.
[4] Conforme dados da BM&F Bovespa.
[5] Consulta a www.fundamentus.com.br.
[6] Conforme dados da BM&F Bovespa.
[7] Consulta ao terminal de informações financeiras da Bloomberg.

*As opiniões presentes neste artigo refletem a visão dos autores e não necessariamente representam a posição institucional das entidades nas quais atuam.

*** Cláudio Gonçalves dos Santos é mestre em finanças pela PUC-SP, economista, diretor da Planning Corporate Finance & Advisory, professor do MBA Gestão de Riscos e Compliance da FECAP. Fábio Coimbra é doutor e mestre em administração pela FEA USP, coordenador e professor do MBA Gestão de Riscos e Compliance da FECAP.***

Storytelling: como contar uma boa história pode ajudar sua pesquisa de mercado

*Daniela Schermann**

Storytelling nada mais é do que a prática de se contar uma boa história. Nos últimos anos, o termo ganhou relevância nas mais diferentes áreas: na publicidade, no marketing, no varejo, na indústria de games e em todos os lugares os profissionais estão preocupados em encontrar formas de reter a atenção do seu interlocutor e ser relevante para ele.

Quem gosta de ler, sabe o prazer de não conseguir largar um livro. Aquele desejo de ler "só mais um capítulo" para saber o que vai acontecer com aquela personagem, que é apenas uma obra de ficção descrita com palavras no papel, mas que nos identificamos tanto e já amamos como se fosse um amigo ou alguém da família. Torcemos pelo herói, sofremos pelo vilão e ficamos loucos para saber o fim daquela história. O objetivo do *storytelling* é causar essas mesmas emoções na pessoa que está consumindo seu conteúdo.

Em um mundo em que o excesso de informações e distrações é constante, não há nada mais natural do que as pessoas buscarem formas de se destacar e encontrar uma maneira do seu conteúdo ser mais atraente do que os demais. Um dos grandes desafios, hoje, é conseguir prender a atenção do seu interlocutor até o fim daquilo que você está oferecendo para ele, seja um texto, um vídeo ou um infográfico.

Existem diferentes formas de se fazer relevante e o *storytelling* consiste em identificar qual é a mais apropriada para o seu conteúdo e aplicá-la na prática: humor, sensibilização, emoção, drama, identificação pessoal vale tudo. O que importa, para atingir relevância, é encontrar os meios para que a sua história se torne única e envolvente, criando proximidade e conexão.

O *storytelling* tem sido muito usado em campanhas publicitárias, em ações virais na internet, em embalagens de produtos, em apresentações internas da empresa, nos conteúdos de marketing digital e em diversas outras áreas do marketing. Mas os mesmos conceitos e técnicas podem ser aplicados na sua pesquisa de mercado, tanto na hora de criar o seu questionário quanto para fazer uma apresentação dos resultados.

Para fazer uma pesquisa de mercado online, você precisa conquistar a sua audiência, ou seja, os seus respondentes, para que eles se mantenham interessados e engajados para responder o questionário até o fim. Neste caso, você não irá criar um herói ou contar uma história com drama e emoção, mas existem alguns artifícios do *storytelling* que você pode aplicar na sua pesquisa para se tornar relevante, aumentar a taxa de resposta e também a qualidade das respostas, já que os entrevistados estarão mais interessados e motivados a responder.

SEJA COERENTE

Já terminou de ver um filme com aquela sensação de que você não entendeu nada? Personagens entram e desaparecem da história sem nenhuma explicação, o filme tem tantos *flashbacks* que você nunca sabe se está no presente ou no passado e as cenas parecem estar jogadas, sem nenhuma conexão? Filmes incoerentes nos deixam com uma interrogação na cabeça, e se a gente precisa fazer muito esforço para conseguir acompanhar a história, dá preguiça e paramos de prestar atenção.

Um questionário confuso, em que as perguntas aparecem de forma aleatória e que muda de assunto de uma hora para a outra, vai gerar a mesma preguiça no seu respondente, e a taxa de desistência vai ser muito maior do que a de um questionário coerente.

Sempre faça um texto de introdução no seu questionário, antecipando quais os temas que serão abordados e explicando porque aquela pesquisa está sendo realizada. Ao entender a importância do tema, o entrevistado se sente parte, entende a sua missão ao responder àquelas perguntas e estará mais motivado.

Agrupe as perguntas por tema. Assim, se você está fazendo uma pesquisa de satisfação, por exemplo, faça todas as perguntas relativas ao atendimento juntas, em seguida todas relacionadas ao produto, e assim por diante. Lembre-se de estabelecer uma sequência que faça sentido para o entrevistado, ou seja, evite começar com perguntas relacionadas às formas de pagamento, para depois perguntar "como você conheceu a minha loja?"

Além disso, sempre que necessário, inclua textos entre as questões, explicando a mudança de tema e, o mais importante de tudo, tenha certeza de que o texto das questões e das alternativas de respostas está coerente. Para isso, basta testar o seu questionário antes de enviá-lo para as pessoas que vão respondê-lo.

CONVERSE DIRETAMENTE COM SEU PÚBLICO-ALVO

Se a sua marca é voltada para a terceira idade, não adianta você querer criar uma ação linda de *storytelling* no *snapchat*, uma rede social essencialmente mais jovem. Da mesma forma, a linguagem do seu questionário não vai ser a mesma que aquela que você faria com um público até 25 anos (e se você acha que a terceira idade não está na internet e não responde pesquisas online, está na hora de rever seus conceitos).

É muito importante ter em mente quem é o público-alvo da sua pesquisa na hora de construir o seu questionário, assim você pode se comunicar diretamente com ele, com uma linguagem apropriada e exemplos pertinentes para os seus respondentes.

APOSTE EM RECURSOS MULTIMÍDIA

Uma imagem vale mais do que mil palavras, certo? Não se esqueça então que você pode usar vídeos e imagens para ilustrar seus questionários. Ao invés de tentar descrever uma ação, mostre. Quer saber o que as pessoas acham de uma campanha? Exiba o vídeo e pergunte. Vídeos e fotos ajudam a obter respostas mais precisas e tornam seu questionário mais dinâmico e interativo, aumentando o engajamento de quem for responder.

TENHA UM OBJETIVO CLARO

Sabe quando você termina de ler um texto ou ver um vídeo na internet e fica com aquela sensação de tempo perdido? Aquele conteúdo não acrescentou nada na sua vida, pois não tinha nenhuma informação nova, não despertou nenhuma emoção, não tinha nenhum objetivo.

A sua pesquisa não pode ser como um conteúdo vazio. Ela precisa ter um objetivo claro para existir e este é o primeiro passo para sua pesquisa ter sucesso. Por isso, só comece a criar o seu questionário depois de definir o objetivo da sua pesquisa.

COMO CONTAR UMA BOA HISTÓRIA SEM ENROLAÇÃO?

Ninguém mais tem tempo a perder, por isso, um dos principais preceitos do *storytelling* é ser objetivo. Alguns especialistas afirmam que uma das primeiras perguntas que você precisa fazer é: “qual a maneira mais curta de contar a minha história?”

Um bom questionário também precisa ser objetivo. Você não quer que o seu entrevistado desista no meio da pesquisa, e nem quer gastar tempo analisando respostas que não valem para nada. Por isso, tenha foco na objetividade, tanto no número de questões que você irá colocar no questionário quanto na construção dos enunciados das questões.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Normalmente, após a realização de uma pesquisa, é necessário apresentar os resultados para outras pessoas, seja a diretoria da empresa, seu cliente ou sua equipe interna. Com o *storytelling* você pode ir além. Conte uma boa história, seja através da emoção, do humor ou de um personagem bem construído.

Quer ver uma sugestão bacana? Você fez uma pesquisa de satisfação e vai apresentar os resultados para os seus diretores. Crie dois personagens, a Maria, que representa os satisfeitos, e o João, que representa os insatisfeitos. Descreva os dois personagens, conte porque a Maria gosta da marca e qual foram as principais experiências negativas que o João teve e cite frases da Maria e do João com base nas respostas abertas da pesquisa. Dê asas a sua imaginação e as boas histórias virão.

Líder de marketing do Opinion Box, plataforma pioneira de pesquisa digital.

O que você precisa saber sobre o prazo de entrega do Bloco K

*Fontenelle, Fabio Florentino e Bruna Felizardo**

Atendendo aos inúmeros pedidos dos contribuintes, o Conselho Nacional de Política Fazendária decidiu mais uma vez prorrogar a entrega da totalidade das informações do Livro de Registro e Controle da Produção e do Estoque (Bloco K) na EFD.

Inicialmente previsto para entrega em 2015, a obrigatoriedade de preenchimento do Bloco K já foi postergada duas vezes pelos governos estaduais. Com a publicação do Ajuste do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (Sinief) nº 25/2016, que alterou o texto do Ajuste Sinief nº 02/2009, a entrega das informações pertinentes ao Bloco K seguirá o seguinte cronograma de entregas de registros:

Apenas a título exemplificativo, em 2019 deverão entregar o Bloco K completo as empresas da indústria de bebidas e de cigarros, bem como as empresas do setor automotivo, lembrando sempre do limite mínimo de faturamento que cada uma deve atingir para ser obrigada a prestar tais informações.

Apesar da dilação do prazo de envio do Bloco K ser um grande avanço nas negociações entre o Fisco e o contribuinte, muitas questões ainda permanecem sendo discutidas quanto à entrega dessa obrigação, em especial no que diz respeito à complexidade e ao volume dos dados reportados e também com relação à confidencialidade de algumas informações que devem ser prestadas para o governo no âmbito dessa obrigação.

Registros K200 e K280		Escrituração completa do Bloco K
Estabelecimentos industriais pertencentes a empresas com faturamento superior a R$ 300 milhões.	Janeiro de 2017	(i) Janeiro de 2019 para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE; (ii) Janeiro de 2020 para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 27 e 30 da CNAE; (iii) Janeiro de 2021 para os estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE; e (iv) Janeiro de 2022 para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 31 e 32 da CNAE.
Estabelecimentos industriais pertencentes a empresas com faturamento superior a R$ 78 milhões.	Janeiro de 2018	A definir
Demais estabelecimentos industriais, estabelecimentos atacadistas e equiparados a industrial.	Janeiro de 2019	A definir

**Os sócios Sérgio Fontenelle e Fabio Florentino e a gerente sênior Bruna Felizardo são da área de Impostos Indiretos da EY.*

EY
Building a better working world
Você está abastecendo os seus sonhos?
O futuro da sua empresa depende das decisões que você toma hoje. A EY está preparada para te ajudar a escolher as melhores opções.
ey.com.br
© 2017 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.
Ernst & Young agora é EY ▸ Auditoria | Consultoria | Impostos | Transações

Lei 13.303/2016 - Novas regras de Licitações e Contratos para as Estatais

*Murilo Jacoby Fernandes**

Em 30 de junho de 2016, foi sancionada a Lei nº 13.303[1], que estabelece o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias (estatais). Apelidada no Senado Federal como Lei de Responsabilidade das Estatais[2], mas conhecida como Lei das Estatais, recebeu grande atenção da mídia ao estabelecer critérios para nomeação dos dirigentes das estatais.

A Lei ainda trata de outro tema de grande relevância: a regulamentação das licitações e contratações das estatais. Dezoito anos após a Emenda Constitucional nº 19, que estabeleceu a necessidade de um estatuto[3], a Lei nº 13.303 definiu a regras, resolvendo grandes impasses quanto a esses procedimentos.

2. Da necessidade de nova regulamentação

Antes de adentrarmos nas novas regras trazidas pela Lei, é essencial fazer uma breve análise sobre o cenário em que tramitou o projeto.

Com a operação da polícia federal, denominada Lava-jato, identificou-se uma série de condutas criminosas que culminaram no desvio de quantias vultosas nas contratações da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Durante o início da operação, foi suscitado o fato de que o Decreto da Petrobrás[4] que teria permitido a ocorrência desses crimes e fraudes. Doutrinadores com maior conhecimento do tema, sempre pontuaram que os incidentes ocorridos na Petrobrás, poderiam ter acontecido em qualquer órgão ou entidade que observasse a Lei Geral de Licitações[5]. Os episódios delatados tem pouco relação com as facilidades do regulamento próprio de licitação, mas tem muita relação com a ausência de uma matriz de responsabilidade e marco legal de negócios de estatais.

O que parece ter ocorrido, foi um conluio entre os licitantes e os operadores da licitação e entre contratados e políticos. Essa situação, nenhuma Lei para regular licitação pode conter, havendo necessidade de reflexão madura; compreender que leis não são mazelas para todos os problemas. Se leis fossem soluções, o Brasil tem mais de 5.000.000 de normas editadas desde a Constituição Federal de 1988.

O caminho para a contenção de desvios de condutas graves é a mudança de cultura, a competência de gestão e a consistência de marcos reguladores, associados a transparência de processos.

Tal tese resta evidente ao se analisar a Lei nº 13.303/2016. Houve a incorporação de vários regramentos previstos no Decreto da Petrobrás e não há uma disposição sequer que poderia evitar a ocorrência das situações apuradas pela Lava-jato.

Nesse sentido, os órgãos de controle já identificaram: o que garante moralidade à gestão não são leis e procedimentos burocráticos, mas sim uma mudança na conscientização, que é o que se propõe com as regras de integridade e compliance, temas de destaque na atualidade.

3. Das inovações normativas

A Lei das Estatais, ao regulamentar os procedimentos licitatórios trouxe apenas pequenas inovações, quando comparadas com as atuais normas existentes para a Administração Pública Direta[6].

Inclusive, a maior parte dos dispositivos consiste em nada mais do que melhoras de interpretação, em conformidade com a doutrina e jurisprudência sobre o tema.

Por um lado, não trará grandes desafios na sua aplicação aos gestores que aplicavam a Lei nº 8.666/1993[7]. Por outro, deixa de inovar justamente para as empresas que precisam de metodologias mais céleres e eficientes para competir com o mercado privado, por exemplo.

3.1. Da incorporação do RDC

Entre as principais alterações trazidas pela Lei das Estatais estão as inclusão das novidades do Regime Diferenciado de Contratação (RDC)[8].

Desse modo, aplicam-se as estatais:

a) os modos de disputa aberto, fechado e misto (art. 52)[9];
b) a inversão de fases como regra (art. 51)[10];
c) os critérios de julgamento "maior retorno econômico", "melhor conteúdo artístico" e "melhor destinação de bens alienados" (art. 54)[11];
d) a polêmica "contratação integrada" (art. 42, VI)[12];
e) a pré-qualificação permanente de fornecedores e produtos (art. 64)[13]

Tal medida vai de encontro a tese de que a utilização das regras do RDC seriam específicas para situações particularidades, tendo em vista que na Lei das Estatais, sua utilização se dará de modo irrestrito. Apesar dos grandes avanços que o RDC tem representado a norma ao incorporá-lo deixou de abordar as fraquezas que já vem sendo identificadas pela doutrina.

Por exemplo, ao estabelecer o modo de disputa aberto, fechado ou misto, cria um grau de discricionariedade ao agente público que pode ser questionado caso a caso perante o judiciário e os órgãos de controle, exigindo robustas justificativas para garantir a celeridade do procedimento. Como se tem percebido, as justificativas ficam sujeitos a opiniões de "engenheiros de obras prontas", ou seja a entendimento divergente depois de longo tempo dos fatos ocorridos.

3.2. Das hipóteses de contratação direta

Outro ponto que merece destaque, refere-se a questão da contratação direta. Tanto as hipóteses de dispensa de licitação, quanto as hipóteses de inexigibilidade são, de modo geral, redações mais claras das regras previstas na Lei nº 8.666/1993.

A perceptível redução do número de hipóteses de dispensa, se adequa ao entendimento doutrinário, ao excluir aquelas inaplicáveis às estatais, como por exemplo, aquelas relativas às forças armadas.

Na inexigibilidade, destaca-se a supressão da singularidade como condição para contratação do notório especialista. Na Lei nº 8.666/1993[15], para a contratação de especialista exigia-se que tanto a notoriedade deste, quanto a singularidade do objeto. Para as estatais, a partir de agora, basta que o serviço se enquadre entre algum daqueles trazidos no inciso II do art. 30[16].

De igual relevância, foi a "atualização" dos preços para a hipótese de dispensa de licitação nas contratações de "pequenos" valores. Seguindo a linha dos projetos em trâmite no Congresso Nacional, os valores que na Lei nº 8.666/1993 cingiam-se em quinze mil reais, para obras e serviços de engenharia, e oito mil reais nos demais casos, foi majorado para cem mil e cinquenta mil, respectivamente.

Tal medida não só traz os valores da Lei Geral de Licitações[18], que não eram atualizados deste 1998[19], para os dias atuais, mas também permite maior flexibilidade para as estatais.

3.3. Dos prazos contratuais

Os prazos contratuais, na Lei Geral de Licitações, sempre foram alvos de debates e críticas. A limitação dos contratos ao exercício financeiro, apesar de compatível com as leis orçamentárias, não se constituem a praxe da Administração Pública.

As hipóteses de prorrogação de contratos até 60 meses também são, de certo modo, restritas, dificultando projetos, em médio prazo, na Administração Pública.

A Lei das Estatais, desse modo, trouxe paradigma diverso a vigência dos contratos, limitando-os à cinco anos, permitido prazo superior caso:

a) os projetos estejam contemplados no plano de negócios e investimentos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

b) a pactuação por prazo superior a cinco anos seja prática rotineira de mercado e a imposição de prazo menor inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

4. Das críticas

Apesar de trazer grandes avanços, a Lei das Estatais apresenta alguns pontos que merecem aperfeiçoamento.

Na construção de seus dispositivos afetos às modalidades de licitação, a Lei permite a utilização do modo de disputa aberto, fechado ou misto, nos moldes do RDC, mas determina o uso do pregão como modalidade preferencial.

Ora, utilizar o pregão não é compatível com os modos de disputa do RDC, o que traz ao dispositivo uma inviabilidade lógica na sua utilização.

Ainda que existam doutrinadores que apontem semelhança entre o modo de disputa aberto e o pregão, existem diferenças substanciais entre definir modalidade e conceituar apenas regimes de execução de procedimentos. Da normatização das atividades comerciais

Do mesmo modo, considera-se uma omissão grave da Lei, deixar de regulamentar os procedimentos afetos ao desempenho de atividades comerciais, em competição com a iniciativa privada.

Ora, quando a estatal pratica atos de contratação em atividades em que há competição com o privado, seguir os procedimentos burocráticos da licitação lhe traria desvantagens. Considere, por exemplo, em um ambiente concorrencial publicar o projeto básico detalhando o segredo do futuro objeto. Por outro lado, nem tudo que se compra afeta uma atividade concorrencial.

É por isso que os órgãos de controle, atentos a demandas dessas empresas, já firmaram entendimento de que não se aplicaria a Lei nº 8.666/1993 a essas hipóteses.

Ao não dispor sobre o tema, a Lei das Estatais deixa em aberto um tema de grande relevância, que vai continuar gerando insegurança para as estatais.

Conclusão

Como se verificou, a modernização da legislação de licitações e contratos das estatais representa um marco no cenário nacional.

Apesar de trazer grandes avanços, peca por seguir o procedimento burocrático da Administração Direta e não regulamentar temas relevantes.

Os avanços ficam, em sua grande maioria, por conta do RDC e questões pontuais acerca da contratação direta e vigência de contratos.

Apesar disso, já representa um grande avanço para as estatais, mas que não dispensa a necessidade de um aprimoramento normativo, não só quando se debate a transparência da gestão pública, o combate a corrupção mas também ao se buscar procedimentos mais rápidos, eficientes de modo a se aprimorar a atuação das estatais.

[1] BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[2] SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 555, de 2015 – Lei de Responsabilidade das Estatais. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122838. Consulta em 30/06/2016.

[3] BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Art. 173. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: [...] III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.

[4] BRASIL. Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998. Aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS previsto no art . 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

[5] BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

[6] Incluindo a Lei Geral de Licitações (Lei nº 8.666/1993), Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011).

[7] BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

[8] BRASIL. Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nos 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória no 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998.

[9] BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Art. 52. Poderão ser adotados os modos de disputa aberto ou fechado, ou, quando o objeto da licitação puder ser parcelado, a combinação de ambos, observado o disposto no inciso III do art. 32 desta Lei.

[10] BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Art. 51. As licitações de que trata esta Lei observarão a seguinte sequência de fases: I - preparação; II - divulgação; III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado; IV - julgamento; V - verificação de efetividade dos lances ou propostas; VI - negociação; VII - habilitação; VIII - interposição de recursos; IX - adjudicação do objeto; X - homologação do resultado ou revogação do procedimento.

[11] BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento: I - menor preço; II - maior desconto; III - melhor combinação de técnica e preço; IV - melhor técnica; V - melhor conteúdo artístico; VI - maior oferta de preço; VII - maior retorno econômico; VIII - melhor destinação de bens alienados.

[12] BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições: [...]VI - contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1o, 2o e 3o deste artigo.

[13] BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Art. 64. Considera-se pré-qualificação permanente o procedimento anterior à licitação destinado a identificar: I - fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos; II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade da administração pública.

[14] BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

[15] BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

[16] Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de: [...] II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

[17] BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013. Institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115926> Acesso em: 09 fev. 2016.

[18] BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013. Institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Disponível m: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=143724&c=PDF&tp=1> Acesso em: 09 fev. 2016. EMENDA Nº 66 - CI (Substitutivo ao PLS 559, de 2013). http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=184307&c=PDF&tp=1 , acesso em 23/02/2016.

[19] BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.648, de 27 de maio de 1998. Altera dispositivos das Leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

*Advogado.

Portal da Transparência do Governo Federal registra recorde de acessos em 2016

No total, foram mais de 21,6 milhões de visitas. Crescimento é de 32,5% em relação ao ano anterior

O Portal da Transparência do Governo Federal, mantido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), registrou mais de 21,6 milhões de visitas em 2016 - recorde de acessos desde a criação do site, em novembro de 2004. O número é 32,5% maior que as 16 milhões de visitas do ano passado. De acordo com o relatório estatístico, a média mensal de acessos foi de mais de 1,8 milhão.

O Portal da Transparência tem obtido crescimento expressivo no número de visitas a cada ano, com acessos oriundos de mais de mil cidades, espalhadas por todas as regiões do país. O município de onde os cidadãos mais acessaram foi São Paulo (SP), com mais de 2,1 milhões de visitas, seguido de Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE). Também há visitantes de cerca de 200 países, o que corresponde a pouco mais de 485 mil acessos (2,2%), originários principalmente dos Estados Unidos e da Índia.

As consultas com maior número de páginas visualizadas foram: Servidores (48,7%), Despesas Diárias (16,8%) e Transferências de Recursos (16,7%). A duração média em cada visita é de cerca de cinco minutos, com os usuários navegando por 10,6 páginas. O Portal é uma iniciativa do Ministério da Transparência para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos federais. O objetivo é aumentar o controle social da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro está sendo utilizado e ajude na fiscalização.

SERVIÇOS

O Portal da Transparência oferece consultas relativas ao Poder Executivo Federal como: transferências de recursos; execução orçamentária e financeira; receitas e convênios; informações sobre mais de um milhão de servidores (civis e militares); imóveis funcionais; consultas temáticas (Bolsa Família, diárias, Cartão de Pagamento, transparência nos Estados e Municípios); Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim); Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis); entre outros.

O Portal também dispõe de uma barra de *links* úteis, na lateral direita da página, que redirecionam os usuários ao Portal das Olimpíadas Rio 2016, Sistema de Banco de Preços, Rede de Transparência, Portal de Acesso à Informação, Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, Programa Brasil Transparente e formulário de Denúncias. Também é possível ao cidadão realizar cadastro da mala direta para receber, por e-mail, informações sobre liberações de recursos para convênios de um determinado município.

A mulher e o trabalho no mercado financeiro brasileiro

*Itali Collini**

Após nove tentativas negadas, a primeira mulher a deter um assento na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) foi Muriel Siebert, em 1967, dentre 1.365 colegas homens. Quase cinquenta anos depois dela, mulheres ainda enfrentam barreiras no mercado financeiro. No lugar de rejeições diretas, há hoje um ambiente de trabalho que reproduz julgamentos subjetivos sobre o papel da mulher na sociedade, o que pode refletir no desempenho delas e em como ele é percebido por colegas e líderes. Esse cenário foi descoberto, descrito e analisado através de uma pesquisa realizada pela autora, que investigou qualitativamente jornadas de profissionais em áreas diretamente ligadas ao business do mercado financeiro brasileiro. A partir de entrevistas com mulheres e homens em diferentes níveis e áreas do mercado, como Mergers&Acquisitions, Trading, Brokerage e Research, foi possível identificar três pontos de atenção para entender o baixo número de mulheres nesses cargos.

O primeiro, que diz respeito ao momento de entrada no mercado e como as mulheres são recebidas no ambiente. Passagens como "eu vejo muito lá na prática de afirmarem que mulher não tem capacidade para estar no mercado" e "Não, aqui você não é menina, você é broker, e broker fala firme que nem homem" mostram dificuldades em superar estereótipos de gênero ainda impregnados no imaginário coletivo, como a ideia de que mulheres são sempre mais delicadas ou susceptíveis por isso não se adaptariam em um ambiente pautado por homens.

O segundo ponto refere-se à presença de suporte ao longo da trajetória, modelos de sucesso femininos, tutores e até mesmo colegas (sejam mulheres ou homens) que acreditem e aconselhem positivamente. A importância do suporte aparece em trechos como "Acho que grande parte da minha oportunidade foi ter uma pessoa acima de mim que era muito ponderada e que me deu ela" e "Minha primeira tutora foi uma mulher e ela era muito boa. (..) o que ela me ensinou de mais importante, é que você ganha o respeito com conhecimento". A ausência de figuras de suporte não é totalmente impeditiva da carreira feminina, porém pode ser essencial para empresas reterem talentos em maior número.

O terceiro é ponto chave para políticas institucionais e concerne à maternidade e paternidade. Em frases como "meu chefe falou que as mulheres acabam ficando mais preguiçosas depois de engravidar" ou "O problema da mulher na equipe é a fase da dela. Porque ela tem a fase do casamento, ela tem a fase de ter filhos. E isso o homem não tem" aparecem, novamente, papéis de gênero influenciando as expectativas: enquanto a maternidade é considerada um entrave para produtividade e carreira, a paternidade é vista como atividade não compulsória e sem influência no cotidiano e na ascensão dos homens. O trecho masculino "Eu, se algum dia tiver filho, gostaria muito de ficar muito mais tempo." marca também a necessidade de pautar o compartilhamento de cuidados dos filhos e o aumentar a licença paternidade, não só para que pais participem mais ativamente, mas também para não onerar desproporcionalmente as mães e modificar nossa cultura a longo prazo.

Apesar da crescente contratação de mulheres para o mercado financeiro, a desigualdade de gênero se mantém por estar estabelecida sobre pilares sociais mais complexos do que somente as medidas legislativas poderiam abarcar. O caminho para uma maior igualdade de gênero deve necessariamente passar por uma mudança cultural, no ambiente de trabalho e no seu entorno. Essa mudança não pode residir apenas em vazias propagandas institucionais de apoio à diversidade, tampouco deve estar voltada apenas às mulheres, a sociedade toda precisa repensar os estereótipos de gênero se quiser crescer social e economicamente.

Economista pela USP, criou e coordena o GENERA - Núcleo FEA de Pesquisa em Gênero e Raça, devido à sua pesquisa sobre mulheres no mercado financeiro figurou entre as Mulheres Inspiradoras de 2014, da ONG Think Olga. Atualmente, trabalha como Analista ASG na SITAWI - Finanças do Bem e escreve para HuffPost Brasil.

BB E O TRIGO

O Banco do Brasil disponibiliza R$ 750 milhões para financiamentos de aquisição e estocagem de trigo, para atender produtores rurais, cooperativas e agroindústrias que beneficiam ou industrializam o produto. Os recursos estarão disponíveis até o final do Plano Safra.

A medida contribui para o escoamento da safra, permitindo aos produtores rurais melhores condições para o planejamento da venda da produção e apoiando o processo de compra pelas agroindústrias, com reflexos positivos no preço de mercado e nos estoques.

Estão disponíveis financiamentos com taxas controladas do crédito rural, de 9,5% a.a. para os produtores rurais e cooperativas enquadrados na linha FEPM (Financiamento para Estocagem de Produtos Agropecuários) e de 11,25% a.a. para as agroindústrias beneficiárias da linha FGPP (Financiamento para Garantia de Preço ao Produtor).

O teto de financiamento com recursos controlados no ano agrícola é de até R$ 4,5 milhões por produtor. No caso de agroindústrias é de 50% da capacidade anual de beneficiamento e industrialização da empresa, limitado a R$ 40 milhões, quando se tratar

de unidades de beneficiamento e industrialização não vinculadas a cooperativas de produtores rurais.

A oferta de recursos reafirma o compromisso do Banco do Brasil em apoiar a cadeia produtiva do trigo e o agronegócio brasileiro, contribuindo para o fortalecimento dos produtores e a dinamização do mercado.

Os recursos estão disponíveis nas agências do BB. Caso ocorra necessidade de suplementação de recursos, o BB alocará valores adicionais para atender a demanda de crédito.

DICOM

As Publicações FGV Management
ultrapassam a marca de

3 MILHÕES
DE EXEMPLARES VENDIDOS

13 séries

Centenas de autores envolvidos

Milhões de profissionais alcançados

PUBLICAÇÕES FGV Management

fgv.br/editora

FGV EDITORA

Estabilidade, mas até quando?

A economia global permanece estável. O crescimento constante, mas fraco, tem sido a marca da atividade mundial neste ano e a norma desde a crise financeira global. Os EUA continuam apresentando expansão moderada, diminuindo a probabilidade do cenário de recessão, assim como o de superaquecimento. A política monetária também continua expansionista nas outras economias do G7. Na China, a estabilidade recente tende a se estender para 2017, uma vez que a transição política favorece estímulos ao crescimento e o mercado imobiliário deixou de ser um risco, entre outros fatores. Portanto, o ambiente externo continua favorável aos ativos de mercados emergentes.

Porém, os riscos para a economia global aumentaram e precisam ser monitorados de perto, uma vez que podem sinalizar uma piora súbita do ambiente favorável para ativos de mercados emergentes. No momento, os principais riscos são: i) eleições presidenciais nos EUA; ii) reação do mercado à provável elevação de juros pelo Fed (o banco central americano) em dezembro, além de sinais, por diversas razões, de menores estímulos monetários nas economias avançadas; e iii) problemas políticos e financeiros na Europa.

Até agora, as moedas latino-americanas tiveram um bom desempenho no ano. À frente, alguma depreciação é esperada, já que o Fed provavelmente irá elevar os juros. Esperamos recuperação da economia da região no ano que vem, impulsionada por Argentina e Brasil.

Com a evolução mais favorável das taxas de câmbio e do hiato do produto negativo, a inflação vem caindo em diversos países da América Latina. Nesse contexto, as posturas de política monetária estão se tornando mais expansionistas, exceto no México, onde o banco central está subindo os juros em razão da forte depreciação cambial.

No Brasil, o destaque fica por conta das reformas fiscais. Em outubro, a Câmara de Deputados votará a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que estabelece um teto para o crescimento dos gastos públicos. Depois disso, o governo enviará ao Congresso a proposta de reforma da Previdência. A nosso ver, a aprovação dessas reformas – que continua sendo nosso cenário base — é crucial para abrir caminho para um longo ciclo de flexibilização monetária e para uma recuperação sustentável da economia. Mantemos nosso cenário de que o banco central cortará os juros em 0,25 ponto percentual em outubro, e o crescimento do PIB será de 2,0% em 2017.

Em nossa visão, o ambiente global continuará favorável para os mercados emergentes no horizonte de nossas projeções, mas é importante notar que a combinação de fatores de risco pode criar novos desafios para os países emergentes e, em particular, para a América Latina.

China mais estável, mas riscos globais aumentaram

Esperamos que a estabilidade recente na China se estenda até 2017, visto que: (1) a transição política favorece políticas que impulsionam o crescimento; (2) o setor imobiliário se equilibrou e as políticas macroprudenciais parecem suficientes para evitar sinais localizados de superaquecimento; (3) a deflação está diminuindo; (4) a taxa de câmbio está mais próxima dos fundamentos; e (5) os indicadores de crédito estão elevados, mas ainda administráveis. Aumentamos nossas projeções do PIB de 6,5% para 6,6%, em 2016, e de 6,0% para 6,3%, em 2017. • A atividade na China e as taxas de juros baixas nas economias desenvolvidas sustentam um ambiente externo favorável para os ativos de mercados emergentes. • Mas os riscos para a economia global aumentaram. Os principais riscos são: (1) eleições nos EUA; (2) reação do mercado ao provável aumento dos juros pelo Fed, o banco central dos EUA, em dezembro; e (3) questões políticas e financeiras na Europa.

A produção industrial cresceu 6,3% em agosto sobre um ano atrás, ante 6,0% no mês anterior; as vendas no varejo melhoraram de 10,2% para 10,6% na mesma comparação; e os investimentos fixos aceleram para 8,2% sobre o ano anterior, comparados a 3,9% no mesmo período. Os índices de gerentes de compras (PMIs, na sigla em inglês) sugerem que esse desempenho favorável provavelmente continuará em setembro. Além disso, a dinâmica da inflação tem sido benigna, e tanto as saídas de capital quanto o ritmo de depreciação do renminbi diminuíram consideravelmente. Todos esses fatores ajudaram a reduzir as preocupações

dos investidores com a economia, apesar dos desafios à médio prazo relacionados à dívida crescente e aos ativos ruins dos bancos.

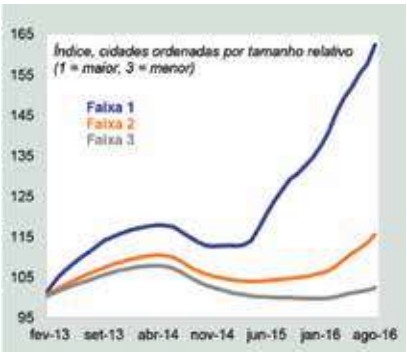
Olhando à frente, esperamos que essa estabilidade do crescimento persista até meados de 2017, por cinco razões.

Em primeiro lugar, a transição de liderança em meados de 2017 fará com que o governo priorize o crescimento de curto prazo por meio da manutenção de forte investimento em infraestrutura. O governo também está sinalizando cortes de impostos, enquanto reformas arriscadas (para o crescimento no curto prazo) estão sendo adiadas.

Em segundo lugar, a contribuição do setor imobiliário será neutra ou positiva, após ter sido um entrave em 2015. O setor sofreu um ajuste de estoques importante entre 2015 e o 1S16, e as fortes vendas no acumulado do ano devem resultar em um bom ritmo de novas edificações por algum tempo.

Um superaquecimento do mercado imobiliário poderia se tornar uma fonte de preocupação, mas a questão parece ser localizada e políticas macroprudenciais podem ser suficientes. Os preços de imóveis nas grandes cidades vêm subindo muito rapidamente (ver gráfico), criando preocupações a respeito do setor. No entanto, o processo está sendo tratado por uma postura cautelosa do banco central chinês (PBoC), por um lado, e medidas prudenciais adotadas pelos governos locais, por outro. Tais medidas tendem a afetar o ritmo das vendas e da atividade nas cidades em questão. No entanto, tais ações localizadas não serão suficientes para reduzir a atividade do setor como um todo para um ritmo mais fraco do que o crescimento econômico.

Divergência entre preços das principais cidades e as demais



Em terceiro lugar, a diminuição da deflação medida pelo Índice de Preços ao Produtor (PPI, na sigla em inglês) deve continuar à frente. Esse movimento está ajudando a aumentar os lucros industriais, melhorando não só a capacidade de pagamento de dívida das empresas, como também possibilitando um maior investimento sem aumento de alavancagem financeira.

Preços ao produtor correlacionados com lucros da indústria

Em quarto lugar, o yuan chinês está mais ajustado aos fundamentos e enfraqueceu 8% em termos reais efetivos desde seu pico no início de 2015. Isso pode ajudar as exportações e melhorar o investimento fixo no setor manufatureiro.

Câmbio real efetivo da China depreciou 8% desde o auge.

Câmbio real efetivo da China depreciou 8% desde o auge. Por fim, os riscos relacionados ao aumento da relação crédito/PIB e à existência de créditos inadimplentes escondidos terão de ser abordados em algum momento, mas acreditamos que tal ajuste pode e será adiado até o 2S17 ou posteriormente. De fato, há vários sinais de existência de ativos ruins dentro do setor bancário. No entanto, a estrutura de financiamento dos bancos – fortemente dependente de depósitos domésticos e capital próprio – sugere que não há necessidade de ajuste no curto prazo, e o crescimento acentuado da dívida reflete parcialmente a forte poupança interna.

Revisamos para cima nossas projeções de crescimento do PIB para 2016 (de 6,5% para 6,6%) e 2017 (de 6,0% para 6,3%).

Equipe de macroeconomia do Banco Itaú

Mercado de diamantes cresce 3%, afirma estudo da Bain & Company

Redução da demanda chinesa e desvalorização do dólar, no entanto, puxaram o resultado para baixo, considerando o ano anterior

A Bain & Company, em parceria com o Centro Mundial de Diamantes da Antuérpia, lançou a sexta edição anual do Relatório Anual da Indústria de Diamantes. Segundo a pesquisa, o setor alcançou crescimento de 3% em 2015, resultado dois pontos porcentuais inferior a 2014, em virtude da desvalorização do dólar e do menor consumo da joia no mercado chinês.

O levantamento também revelou que as vendas de diamantes brutos caíram quase 25%, por causa da redução no volume de compras do segmento de corte, polimento e a comercialização de estoques que somavam cerca de US$ 5 bilhões.

A indústria de diamantes passou por uma estabilidade relativa em 2015, graças aos EUA, que tiveram papel de válvula propulsora pela grande procura de sua classe média por joias. a China perdeu a atratividade turística para outros países da Ásia como Hong Kong e Macau, e com isso as vendas locais de diamantes aumentaram na Europa e no Japão, que ainda são destinos preferidos dos turistas.

Além disso, o estudo também destaca a queda de aproximadamente 2% nas vendas do subsegmento de corte e polimento de diamantes, motivada pela redução da demanda global de joias e consequente aumento dos estoques dos varejistas. Diante disso, o volume de compras do setor diminuiu para comercializar os superávits acumulados em 2013 e 2014, o que contribuiu para queda de 10% nos preços da pedra polida em 2015.

Embora a consultoria tenha percebido uma leve recuperação da demanda por diamantes brutos em 2016, o período das festas é que vai determinar o desempenho do varejo e midstream que deve enfrentar algumas ameaças, como acesso a financiamento, consumo pequeno na China e a existência de diamantes falsos e sintéticos, ainda persistam neste ano.

Mas a perspectiva para a indústria de diamantes no médio prazo ainda é desafiadora, visto que novos fornecedores devem surgir e os mercados-chave enfrentam algumas incertezas no ambiente social, político e econômico. A Bain & Company afirma, porém, que a tendência para o setor no longo prazo é positiva e projeta que a retomada no fornecimento e demanda de diamante bruto deve ocorrer entre 2019 e 2020, motivada pela procura dos americanos e pelo crescimento da classe média na Índia e na China.

O PODER DOS MILLENIALS

A análise também revelou que o número e o poder crescente de compra dos Millenials pode mudar o panorama geral do mercado de diamantes no médio e longo prazo. Por isso, a consultoria realizou entrevistas com mais de 1.500 jovens na China, Índia e nos EUA para entender o comportamento deles em relação aos diamantes e descobriu que seus gostos são similares ao da geração anterior, pois a joia também é encarada como um dos presentes mais desejados.

Mas existem diferenças no comportamento de compra de joias desses jovens, conforme o país. Os americanos, por exemplo, preferem e-commerce, enquanto os indianos vão a lojas de departamentos e os chineses gostam das lojas especializadas. A população de Millenials nesses locais já totalizava 900 milhões de pessoas em 2015, com ganhos que alcançaram a marca de US$ 8 trilhões, e a perspectiva é que essa quantia dobre até 2030. Para ter uma ideia, com o valor atual eles já representam a 4.ª maior economia mundial, atrás apenas dos EUA, da União Europeia e China.

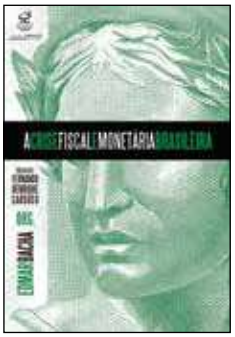
De acordo com a avaliação da consultoria, a indústria de diamantes precisa investir em marketing e construção de marca, além de modificar a experiência de compra dos clientes no varejo, a fim de atrair este grupo. Mas, ressalta que alguns produtores e varejistas já estão buscando formas de engajá-los e aqueles que se recusarem a fazer isso vão encontrar dificuldades em um mercado que já está turbulento.

Sobre a Bain & Company, Inc.

A Bain & Company, empresa líder global em consultoria de negócios, orienta clientes em relação a estratégias, operações, tecnologia, constituição de empresas, fusões e aquisições, desenvolvendo práticas que assegurem aos clientes transparência nos processos de mudança e tomada de decisões. A Consultoria trabalha em sinergia com os clientes, vinculando seu fee aos resultados. O desempenho dos clientes da Bain superou o mercado de ações em 4 para 1. Fundada em 1973, em Boston, a Bain conta com 53 escritórios em 34 países e já trabalhou com mais de 4.900 empresas entre multinacionais e companhias privadas e públicas em todos os setores da economia.

Recém-eleito para a ABL, economista Edmar Bacha é o organizador do livro "A crise fiscal e monetária brasileira"

Em dezembro de 2015, o Instituto de Estudos de Política Econômica/ Casa das Garças realizou um seminário para discutir as relações entre o Tesouro Nacional e o Banco Central, tema que costumava ser restrito a especialistas, mas que tomou conta dos jornais com o agravamento da crise política e econômica. Expressões como pedaladas fiscais, monetização da dívida e swaps cambiais eram cada vez mais frequentes e denotavam a emergência de um debate aprofundado. O evento reuniu grandes nomes da economia do país e homenageou Fábio Barbosa, que foi secretário adjunto e titular da Secretaria do Tesouro Nacional e morreu em novembro daquele ano.



A intensidade do debate durante o seminário demonstrou não apenas a gravidade dos temas, como expôs as diferentes interpretações de especialistas da mesma área. As questões ali apresentadas se tornaram ainda mais pertinentes quando o governo utilizou a Conta Única do Tesouro Nacional no Banco Central para pagar as pedaladas fiscais e quando Dilma Rousseff foi afastada porque teria cometido crime contra a responsabilidade fiscal. Assim se fez oportuno organizar o livro "A crise fiscal e monetária brasileira" - **Editora Civilização Brasileira** , que reúne 27 artigos de economistas renomados como André Lara Resende, Armínio Fraga Neto, Fabio Giambiagi e outros que ocupam ou ocuparam os principais postos no Ministério da Fazenda e no Banco Central.

Organizado pelo economista Edmar Bacha, que acaba de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, o livro traça um panorama das origens e da evolução de três instituições: o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central (BC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (TN). Esta última criada em meio ao Plano Cruzado, tornando-se um marco na organização das finanças públicas no Brasil. Entre as análises apresentadas no livro estão o relacionamento entre o Tesouro Nacional e Banco Central à luz da experiência internacional, a prática de regulamentação da relação entre as duas instituições por meio de medidas provisórias e leis ordinárias e as implicações da lei 11.803, considerada controversa por muitos economistas por enfraquecer a autonomia do BC frente ao TN e contribuírem para o inchaço do balanço do BC.

"O país já fez um primeiro esforço nessa direção quando dominou a hiperinflação. A crise política caracteriza, de forma dramática, a urgência de retomar o esforço de aperfeiçoamento das instituições e normais fiscais monetárias do país. Esperamos que os ensaios reunidos neste livro possam contribuir para esse esforço, cujo êxito permitirá a execução de uma política econômica proba voltada para o crescimento com estabilidade e equidade", defende Bacha.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Os falsos planos populares

*Antonio Carlos Lopes**

A saúde da população está realmente relegada ao segundo plano no Brasil. Um exemplo disso é a descabida ideia de criar planos supostamente populares, com cobertura limitada, em rota de colisão com as garantias obtidas pelos pacientes na Lei 9656/98.

A sugestão foi apresentada há alguns meses por representações de operadoras de saúde em reunião no Ministério da Saúde, com o aparente pretexto de discutir a elaboração de planos mais acessíveis, com redução de até 25% dos preços. Por trás dela, esconde-se a lógica cruel do lucro fácil, sem contrapartida social.

Na verdade, a concepção de tais produtos é uma espécie de Cavalo de Tróia. Em seu bojo, esconde-se a possibilidade das operadoras lançarem planos somente para o atendimento ambulatorial, excluindo urgência e emergência, hospital-dia, e uma gama de terapias e exames.

O cidadão mais desavisado, em consequência das dificuldades de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), certamente tenderá a adquirir tais produtos, crente de que sempre receberá assistência de qualidade e para tudo. Ledo engano. Na primeira oportunidade em que necessitar de um atendimento mais complexo, bem no momento em que estiver mais debilitado, descobrirá que caiu em um conto do vigário. Tudo isso sobre o patrocínio de maus empresários e de autoridades, no mínimo, equivocadas.

Trata-se da chamada mercantilização da saúde, pautada no desdém com o bem estar das pessoas e na exploração do trabalho de médicos e outros profissionais da equipe multidisciplinar.

Planos de saúde já deixam a desejar há muito, fenômeno evidenciado pelo acúmulo de queixas registradas no Procon-SP: 1.447 só em 2015. Em quatro anos, somam-se 8.104 reclamações referentes a coberturas negadas.

A vítima principal em toda essa história é o brasileiro honesto e trabalhador que sustenta o País à base de um dos mais elevados tributos do mundo. Ilude-se aquele que acredita que, por meio do lançamento desta alternativa dos planos populares, os pacientes serão escoados do Sistema Único de Saúde hoje responsável pelo atendimento de cerca de 150 milhões de brasileiros. Na realidade serão lançados em aventura com potencial de gerar riscos importantes aos cidadãos, acumulando os procedimentos mais caros (os de alta complexidade) na conta do SUS.

Em um momento de crise econômica e índices crescentes de desemprego, os olhos de todos deveriam estar voltados ao aprimoramento da rede pública primária. Assistência digna a todos está prevista na Constituição Federal. Negar este dever é sinal claro de irresponsabilidade, bem como de fragilidade frente às pressões do mercado de operadoras.

** Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*

MEDITAÇÃO PARA EXECUTIVOS

O **PROJETO CONEXÃO** tem como foco desenvolver a liderança interior e treinar, para se obter uma mente saudável e sabedoria emocional. A meditação é uma excelente ferramenta para diminuir a atividade cerebral, reduzir a pressão arterial e, consequentemente, reduzir o nível de estresse, pois abre-se espaço para o silêncio. O cultivo deste silêncio resulta em uma melhor produtividade a nível profissional.

Leve o PROJETO CONEXÃO para sua empresa.

- Melhora do clima organizacional
- Alívio de dores e estresse
- Melhora da lucratividade

PROJETO CONEXÃO
MEDITAÇÃO CORPORATIVA

- Aumento motivacional
- Redução de Turn Over
- Estimula a cooperação

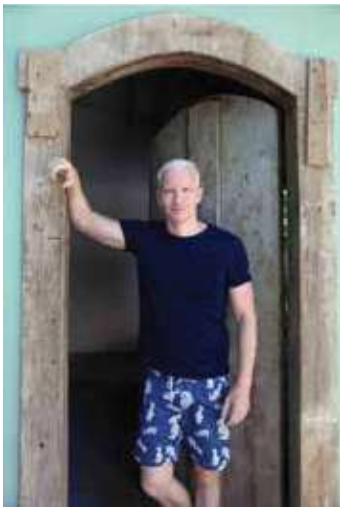
ESPAÇO Qi
autoconhecimento · sáude · bem-estar

97656-1886
Av. das Américas, 8.505
Sala 207- Ed. Las Palmas- Barra da Tijuca
oespacoqi.com.br- contato@oespacoqi.com.br

oespacoqi | oespacoqi | oespacoqibr

Anderson Cooper declara seu amor por Trancoso e constrói casa no vilarejo

Âncora da CNN desenvolve projeto com o designer Wilbert Das, idealizador do UXUA Casa Hotel & Spa



Acostumado à cobrir conflitos, guerras e revoluções em zonas de crise internacionais, o jornalista americano Anderson Cooper, âncora do canal CNN, parece ter encontrado seu refúgio no mundo: Trancoso, na Bahia, foi o lugar escolhido por ele como seu endereço para momentos de descanso. Sua primeira visita ao vilarejo aconteceu há alguns anos quando ficou hospedado no UXUA Casa Hotel & Spa, um conglomerado de 11 casas cinco estrelas que celebram o estilo rústico, tradição e simplicidade do sul da Bahia. Criado por Wilbert Das, designer e amigo de Cooper, o hotel inspirou o projeto de sua casa de veraneio - também assinada por Das.

FILOSOFIA DE TRANCOSO

Anderson comprou um dos poucos lotes vazios no Quadrado, no coração de Trancoso, perto da histórica igreja da cidade e vislumbrou um projeto totalmente sustentável: nenhuma árvore foi cortada e quase todos os materiais utilizados são recuperados. Essa é uma forte filosofia no trabalho de Wilbert Das, que utiliza insumos como pedaços de pontes de madeira desativadas, caçambas de caminhão, antigos barcos de pesca, telhas e cerâmicas de casas demolidas para criar móveis e pisos do UXUA, premiado por seu design e respeito ao meio-ambiente.

"Ás vezes, quando estou em algum lugar distante do mundo, cercado por conflito e caos, eu fecho meus olhos e, se eu presto atenção no barulho da minha respiração, no bater no meu coração, começo a ouvir os sons de Trancoso: uma música quieta e distante ecoando pelo Quadrado em uma noite quente de verão", declarou Cooper em seu artigo sobre o vilarejo baiano publicado na respeitada revista americana de turismo Travel+Leisure.

PEÇAS FEITAS SOB MEDIDA E INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA

Além dos materiais reutilizados, a casa revela outra importante faceta do trabalho de Wilbert Das: o designer trabalha apenas com artesãos locais para desenvolver peças que se integram com perfeição aos ambientes rústicos. Um bom exemplo é o trabalho feito nos banheiros da propriedade: as luminárias, pias, chuveiros e torneiras foram desenvolvidos a partir de materiais reciclados, cobre velho e troncos de árvores antigas.

Outro destaque é a piscina da propriedade; parcialmente coberta pela suíte máster com vista para a floresta tropical. As varandas e decks ao ar livre também são feitos com madeiras recuperadas. Algumas dessas madeiras são tão raras e antigas que foi difícil de cortá-las com as ferramentas manuais dos artesãos. Alguns desses materiais apresentam também colorações raras e incomuns, com tons de Borgonha e ferrugem que trazem personalidade para cada pedaço da residência.

TOQUES PESSOAIS

As portas e janelas recuperadas são diferentes umas das outras, o que também contribui para o caráter único do projeto. Nas três suítes, essas janelas oferecem vista total para a natureza e ainda conseguem fornecer a privacidade necessária. A integração com o verde é tão grande que há até árvores que crescem dentro dos cômodos.

Para dar um toque ainda mais pessoal, Anderson Cooper levou para sua nova casa algumas antiguidades e objetos pessoais. Entre eles: mapas que coleciona de suas diversas viagens pelo mundo, móveis industriais, fotografia brasileira em preto-e-branco e até um oratório típico dos lares católicos locais que mostram símbolos de oração, velas e estátuas.

Além do UXUA Casa Hotel & Spa e da casa de Cooper, Wilbert Das desenvolve projetos residenciais em Trancoso especialmente para os apreciadores da história, cultura, natureza e tradição do sul da Bahia. O ex-diretor criativo da grife italiana Diesel se apaixonou pela cidade e abandonou seu antigo posto para se dedicar integralmente à Trancoso, onde está desde 2009.

SOBRE O UXUA CASA HOTEL & SPA

Projetado pelo designer holandês Wilbert Das, o UXUA Casa Hotel & Spa é um hotel cinco estrelas que apresenta 11 casas totalmente únicas, com 1 a 3 quartos (suítes), que se adequam com perfeição ao centro histórico de Trancoso, uma pequena vila de pescadores localizada no idílico litoral do sul da Bahia. Quatro das casas e a entrada do hotel são moradias de pescadores restauradas com as frentes voltadas para o Quadrado, uma área verde datada do século 16, enquanto as outras sete estão espalhadas por um exuberante jardim particular. Os serviços disponíveis, sempre no estilo caloroso da Bahia, incluem dois restaurantes especializados em culinária baiana tradicional, uma piscina exclusiva revestida de quartzo aventurina, que possui qualidades terapêuticas. Os tratamentos do spa são inspirados nas tradições locais e foram destacados em importantes publicações internacionais, como National Geographic e Vogue USA, que se referem a ele “como o melhor SPA para uma escapada romântica”. O UXUA também foi nomeado o melhor hotel na premiação Smith Hotel Awards, uma votação mundial que avaliou 950 hotéis butique ao redor do mundo, com votos do público e de experts em 12 categorias especiais. O prêmio é organizado pela empresa especializada Mr & Mrs Smith, que faz curadoria, booking e reservas dos melhores hotéis do setor em diversas regiões. Seus consultores são formadores de opinião no tema, e visitam os endereços anonimamente para avaliarem cada aspecto das hospedagens e das experiências. O hotel se tornou rapidamente um dos mais fotografados do mundo, com renomados fotógrafos internacionais usando seus espaços como locações para editoriais, entre eles: Mario Testino (fotografando para a Vogue USA em 2012) e Terry Richardson, que fotografou o famoso calendário Pirelli 2010 no UXUA.

O Valongo, no Rio, foi mesmo um ponto de desembarque de escravos?

*Alvaro Costa e Silva**

Um grupo de trabalho formado por historiadores ligados à prefeitura e ao Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) encabeça a candidatura do Cais do Valongo – cujo calçamento foi redescoberto durante as recentes obras na zona portuária– ao status de Patrimônio da Humanidade.
Já declarado patrimônio carioca e nacional, o pequeno porto teria recebido entre 500 mil e 1 milhão de escravos, homens, mulheres quase nus e imundos, depois de três meses de viagem nos navios negreiros. Além disso, a região concentraria não só o desembarque como também o comércio, alojamento e enterro dos chamados pretos novos.

Um dos maiores especialistas em historiografia carioca e autor do clássico "O Rio de Janeiro Setecentista" (Zahar), Nireu Cavalcanti considera a homenagem justa no que diz respeito ao sítio ligado ao comércio e pela existência do cemitério: "A arqueologia do campo santo africano revela a identidade dessa gente".

Mauro Pimentel/Folhapress

Em relação ao cais, Nireu pensa de maneira diferente: "Os que afirmam a existência de cais para desembarque de escravos no Valongo baseiam-se em achismo. Não apresentam nenhum documento comprovando tal pirotecnia. Não há documento, texto oficial, processo para realização do cais, desenho figurativo, mapas, citação de época ou de pessoa envolvida com a região, ou qualquer outra fonte".

Segundo o historiador, os escravos, ao desembarcar, eram registrados na velha Alfândega, perto da atual praça Quinze. Ali chegavam em pequenos barcos que ficavam a pouca distância da praia, o suficiente para saltar e caminhar pela água do mar até o armazém.

Mostrando um desenho de Rugendas que prova o movimento das "peças" na Alfândega, Nireu conclui: "Na praia do Valongo nunca houve cais para desembarque de escravos".

O BONDE DA CRISE

Primeiro o desastre terrível: em 2011, o bondinho de Santa Teresa descarrilou, deixando seis mortos e mais de 50 feridos. Depois, o tempo enorme e o transtorno das obras até a volta da circulação, no fim do ano passado. Agora veio a conta: desde o último dia 15, a passagem, para turistas e cariocas, custa R$ 20 –moradores do bairro estão isentos da cobrança.
É isso mesmo: R$ 20. A justificativa, segundo a Secretaria de Estado de Transportes, está na "necessidade de reequilíbrio das finanças, abaladas pela forte crise que atingiu o Estado". O trajeto cobre apenas o trecho entre o largo da Carioca e o largo dos Guimarães (3 km). O sistema, antes, servia a todo o bairro, mas as obras de ampliação estão suspensas.

Só para comparar: o VLT, que anda apinhado de turistas, cobra R$ 3,80 pelo percurso do aeroporto à rodoviária (cerca de 7 km). O jeito é voltar aos tempos de moleque: subir e descer do bonde andando.

CRONISTA DA CIDADE

Álvaro Moreyra, em crônica encharcada de lirismo, lembra um velho morador de Santa Teresa. Julgado doido, ele descia no primeiro banco do bonde Lagoinha atirando beijos para os homens que encontrava no caminho até os Arcos; às mulheres, fazia solenes saudações. "Eu acho que é um santo", escreve Moreyra.

Uma das primeiras coletâneas desse cronista tão fundamental quanto esquecido acaba de reaparecer. "A Cidade Mulher" [Mauad, 240 págs., R$ 49,90] mostra o Rio dos anos 1920, um pouco ingênuo, mas já cheio de curvas e ciladas. Em edição revista e comentada pelas pesquisadoras Cláudia de Oliveira, Cláudia Mesquita e Joëlle Rouchou, o livro ajudou a moldar o mito do carioca e sua relação com o espaço.

Vista geral do Cais do Valongo, no centro do Rio, descoberto em escavações arqueológicas

Desembarque de escravos no Cais do Valongo (JM Rugendas) 1835

BEBIDA SECRETA

Se você leu "O Homem Magro" de Dashiell Hammett (1894-1961), apaixonou-se pelo sofisticado casal Nick e Nora Charles (além de sua cachorrinha Asta) e sempre quis conhecer um "speakeasy", vá correndo à rua Aristides Lobo, 229, no Rio Comprido. O romance de Hammett, o último que escreveu, em 1933, começa em um desses bares clandestinos que marcaram a época da Lei Seca.

O casarão, como deve ser um esconderijo, não chama atenção. Dentro, pouca luz, decoração à antiga, e, indispensável, o balcão onde são servidos os coquetéis. Amigos meus chegados ao esporte garantem que o Mixxing é um dos melhores lugares para se beber no Rio. Detalhe: só abre nas noites de sexta e sábado. Detalhe 2: não peça cerveja porque não tem.

Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, 18/12/2016.

** Jornalista e autor do "Dicionário Amoroso do Rio de Janeiro".*

Otis comemora 110 anos no Brasil

O 1º elevador da Otis no país, ainda em operação, iniciou legado de inovação

A Otis está comemorando 110 anos no Brasil, marcando o legado de inovação tecnológica da empresa e seu lugar na vida de milhões de pessoas que se deslocam todos os dias pelos maiores prédios de escritórios e edifícios residenciais do país. A Otis, que opera no Brasil como Elevadores Otis, é uma subsidiária da United Technologies Corp. (NYSE: UTX).

A história da Otis começou há mais de 160 anos, em 1852, quando Elisha Graves Otis, nascido em 1811 em Vermont (EUA), inventou uma solução criativa para tornar os elevadores mais seguros – e apropriados para as pessoas se deslocarem. Otis desenvolveu um mecanismo que mantinha a cabina do elevador no lugar caso o cabo rompesse: o freio de segurança para elevadores. Com esse grande passo, os elevadores ajudaram a tornar possível a construção de edifícios mais altos, e transformaram a paisagem urbana no mundo todo.

No Brasil, a história inicia em 1906, quando foi vendido o primeiro elevador da Otis no país para o Palácio das Laranjeiras, atual residência do Governador do Estado do Rio de Janeiro. O elevador do Palácio funciona até hoje e conta com suas características estéticas ainda originais.

"Estamos muito honrados em poder celebrar os 110 Anos de presença no Brasil, oferecendo produtos e serviços de classe mundial aos nossos clientes.", afirma Julio Bellinassi, Diretor Geral da Otis para a América do Sul.

Atualmente, a planta moderna e ambientalmente sustentável localizada em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, conta com mais de 20 mil metros quadrados e produz elevadores de última geração atendendo o mercado brasileiro e de toda a América do Sul e Central. Seus funcionários fabricam o elevador Gen2® com drives ReGen™. Como o principal elevador da Otis, o elevador Gen2 redefiniu a indústria de elevadores com uma tecnologia revolucionária que substituiu os cabos convencionais por cintas planas, proporcionando uma viagem mais confortável, maior confiabilidade, uma operação mais eficiente, e maior eficiência energética se comparado aos elevadores convencionais acionados por cabos.

A Otis possui 31 filiais em todo o Brasil e aproximadamente 2.000 funcionários -- uma equipe que está constantemente desenvolvendo tecnologias avançadas e sustentáveis para atender e superar as necessidades dos nossos clientes. "Comemoramos 110 anos com uma notável presença nos principais pontos turísticos do Brasil, tais como o Cristo Redentor (Rio de Janeiro), o Elevador Lacerda (Bahia), o Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro), assim como inúmeros prédios residenciais e comerciais, shopping centers, museus, aeroportos, hospitais e universidades espalhados por todo Brasil. Com esse legado, assumimos o compromisso de continuar a oferecer os melhores serviços e soluções para nossos clientes nos próximos 110 anos", finaliza Bellinassi.

Sobre a Otis

A Otis é a maior companhia do mundo em fabricação e prestação de serviços para produtos que movem pessoas, incluindo elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes. Fundada há mais de 160 anos pelo inventor do elevador de segurança, a Otis oferece produtos e serviços através das suas empresas em mais de 200 países e territórios, e mantém mais de 1,9 milhão de elevadores e escadas rolantes em todo o mundo. A Otis é uma unidade da United Technologies Corp., fornecedora líder de sistemas para as indústrias aeroespacial e de construção em todo o mundo.

EXPERIÊNCIA = EFICÁCIA

BRANCO

www.brancoconsultores.com

- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

Entidades cobram de Michel Temer inclusão do tema contrabando

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, que representa mais de 70 entidades que buscam a legalização e proteção do mercado nacional, o combate ao contrabando, à pirataria e à falsificação dos mais diversos bens de consumo, acredita que é imperativa a inclusão do combate à ilegalidade na discussão com o líder paraguaio.

O crime do contrabando afeta gravemente a economia do Brasil. Em 2015, pelo menos R$ 115 bilhões em impostos deixaram de ser arrecadados. O que muitos desconhecem é que o comércio de produtos ilegais está vinculado a uma série de outros crimes, tais como o tráfico de armas, munição e de drogas, a lavagem de dinheiro, roubo, sequestro e o tráfico de pessoas.

Entre as principais reivindicações do Movimento estão:

1. Reforço na segurança das fronteiras

A fragilidade das fronteiras merece atenção, na medida em que representa uma das principais oportunidades no combate ao contrabando. Aumentar a segurança nas fronteiras para proteger o mercado interno e legalizado é o caminho de menor custo para evitar que os contrabandistas continuem a invadir o mercado brasileiro com seus produtos.

Estudo do Sindireceita mostra que o número de servidores disponíveis para a fiscalização é insuficiente para conter a entrada de produtos contrabandeados, armas, munição e drogas, que chegam às cidades e abastecem o crime organizado.

Torna-se evidente que os benefícios em termos de arrecadação fiscal e em melhoria das condições de segurança pública compensarão as despesas com uma operação de segurança nas fronteiras (Operação Ágata).

2. Revisão da carga tributária

Avaliação da correlação entre a carga tributária dos diferentes produtos e o contrabando – em vários setores, a incidência de tributos é o que torna o produto contrabandeado mais barato e competitivo no mercado brasileiro.

O aumento dos impostos, sem respeitar o princípio da razoabilidade, além de não ter efeito positivo na arrecadação, tem um efeito perverso, diminui o mercado legal e aumenta o ilegal.

O exemplo mais evidente é o de cigarros contrabandeados que está substituindo a venda de cigarros produzidos no território nacional. Atualmente, a segunda marca de cigarros mais vendida no país é a marca “Eight” produzida pela Tabacalera Del Este no Paraguay.

3. Criação de uma agenda positiva

Criação de uma agenda Positiva Brasil – Paraguai, de cunho econômico-social, para permitir ao país vizinho que possa se desenvolver sustentavelmente.

José Cutrale é revelado como bilionário

*Blake Schmidt**

O forte cheiro da fábrica de suco de laranja de José Luís Cutrale impregna o ar de Araraquara.

Para os visitantes que realizam a viagem de 280 quilômetros de São Paulo até a região noroeste do estado, o aroma é um alívio bem-vindo ao fedor que normalmente emana do rio Tietê sufocado pelo esgoto, na capital.

Para os moradores locais, a fábrica da Sucocítrico Cutrale Ltda faz lembrar de casa.

"Eu nem gosto do sabor da laranja, mas eu adoro o cheio da Cutrale", disse Andrea Savia, assessora de um vereador de Araraquara. Retornando recentemente após um ano fora, Savia se desfez em lágrimas quando sentiu o primeiro aroma do subproduto acre da empresa.

A Sucocítrico Cutrale cresceu sob o comando do CEO da Cutrale, segundo os registros de suas operações internacionais.

A empresa de capital fechado desafiou a queda da demanda internacional pelo suco de laranja, uma década de flagelo causado por doenças nos cultivos e acusações de que a Cutrale lidera um cartel de exportadores de laranja.

Cutrale, 68, está à frente de um império das frutas que está na terceira geração e foi iniciado com os laranjais de sua família e se tornou o maior fornecedor da fruta para a Minute Maid.

Ele é, também, acionista da distribuidora brasileira da Coca-Cola, a Spaal, e tem participações em imóveis comerciais, em firmas de comércio de commodities e em uma operadora de aeronaves com sede nos EUA.

Sua fortuna, avaliada em US$ 2,6 bilhões, segundo o Bloomberg Billionaires Index, faz dele a 26ª pessoa mais rica do Brasil. Ele não aparece em nenhum ranking internacional de riqueza e preferiu não comentar essa reportagem.

APOSTA EM BANANAS

As vendas cresceram na Sucocítrico Cutrale em um momento em que a produção de laranjas da Flórida se dirige para o menor patamar dos últimos 25 anos.

O consumo mundial de suco de laranja nos 40 principais mercados teve um declínio de 11 por cento na última década, com a demanda nos EUA caindo 27 por cento, segundo dados da Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos do Brasil.

Para diversificar, Cutrale começou a cultivar soja para exportar para a Ásia e uniu-se ao bilionário brasileiro do setor bancário Joseph Safra para a aquisição, por US$ 1,3 bilhão, da Chiquita Brands International Inc., com sede em Charlotte, Carolina do Norte, EUA, concluída em janeiro. Na oferta pela Chiquita, Cutrale revelou que o império de sua família controla mais de 33 por cento do setor mundial de suco de laranja, avaliado em US$ 5 bilhões.

Os abacaxis, chips de frutas e produtos para saladas da Chiquita reduziram a exposição da Cutrale às laranjas, enquanto a água saborizada e o café em porções individuais diminuiram a demanda por suco de laranja, disse Brett Hundley, analista da BB&T Capital Markets, que ofereceu serviços de investment banking à Chiquita.

"ESTRATÉGIA BEM-AVENTURADA"

"A diversificação, quando bem feita, é uma estratégia consagrada", disse Marcos Fava Neves, professor de Estratégia da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo.

"O mercado de suco de laranja é declinante no mundo. Então, a Cutrale manter a liderança no suco, mas cuidar também de soja e de frutas, é um bom caminho se a empresa deseja continuar crescendo".

A Sucocítrico Cutrale, que tem sede em Araraquara, não publica seus resultados financeiros. Segundo relatórios anuais apresentados pela Burlingtown LLP, com sede em Londres, uma holding do Reino Unido que supervisiona as operações da Cutrale fora do Brasil, o faturamente anual dobrou para US$ 1,3 bilhão entre 2007 e 2013.

A holding tem 10 subsidiárias espalhadas por EUA, Reino Unido, Países Baixos e Portugal, com participações na Grove2Glass Trading GmbH, com sede em Zurique, na Nippon Juice Terminal KK, no Japão, e na General Avileasing Inc., que tem sede em Orlando, EUA, e é dona dos jatos da empresa. A companhia lista a esposa de Cutrale, Rosana, e seus filhos José Enrique, José Luís Júnior e Graziela como diretores.

MINUTE MAID

O negócio da família no ramo de frutas foi iniciado pelo avô do bilionário, Giuseppe Cutrale, um imigrante italiano que vendia laranjas no Mercado Municipal de São Paulo, segundo Eliseu Nonino, um amigo da família e ex-diretor da empresa.

O Cutrale mais velho adquiriu um laranjal no estado de São Paulo e começou a exportar a fruta para a Europa e para países de língua árabe em 1956. Seu filho, José Cutrale Jr., comprou uma fábrica de suco em 1967 e mudou o nome da firma para Sucocítrico Cutrale.

Ele adquiriu cinco complexos industriais no estado de São Paulo e duas antigas fábricas da Minute Maid na Flórida.

"José era um empreendedor com uma grande visão", disse Nonino, em entrevista por telefone, de Araraquara.

A empresa que José Luís Cutrale administra atualmente não se parece em nada com os negócios de seu avô no ramo das laranjas.

Os funcionários da Cutrale utilizam imagens de satélite dos laranjais brasileiros para garantir que a fruta seja colhida na hora certa. Um sistema de dutos envia suco dos silos da Cutrale em Auburndale, Flórida, EUA, para uma fábrica de engarrafamento da Coca-Cola. Técnicos de blend controlam os níveis de acidez acompanhando algoritmos conhecidos internamente como "o Livro Negro".

ALCANCE GLOBAL

Os executivos da Cutrale chegam e saem de helicóptero de Araraquara usando um heliporto no alto de um arranha-céu perto da fábrica, que produz concentrado de laranja durante toda a noite. Eles moram em casas construídas pela empresa em uma clareira com forma de coração protegida por segurança armada.

No complexo, uma piscina e uma quadra de tênis são rodeadas pelos laranjais.

O alcance da Cutrale se estende por toda a cadeia global de abastecimento, englobando desde os cerca de 160.000 hectares de laranjais no Brasil até uma frota de navios que transporta suas commodities para pelo menos três continentes.

Os caminhões da Cutrale com o logotipo de uma fatia de laranja gotejando podem ser vistos nas rodovias de São Paulo transportando suco para Santos, maior porto da América Latina, onde a empresa arrenda um terminal de uso exclusivo.

Cutrale investiu em uma empresa de comércio de commodities, assim como em plantações de soja perto da Amazônia brasileira, para atender a demanda da Ásia, em 2012. As exportações de soja de Araraquara se multiplicaram por quatro em 2013, para US$ 777 milhões, mas colapsaram no ano passado.

QUEDA NA FLÓRIDA

Os dados de comércio do Brasil mostram que as exportações da Cutrale aumentaram 62 por cento em 2013, para US$ 1,7 bilhão, em relação a um ano antes, e alcançaram pelo menos US$ 1,4 bilhão em 2014.

A Coca-Cola e a Cutrale compram cerca de 30 por cento de todas as laranjas cultivadas na Flórida.

O Departamento de Agricultura dos EUA estima que a Flórida produziu 125 milhões de caixas de laranja no ano-safra 2013-2014, cerca de metade do pico do final dos anos 1990, de 244 milhões de caixas.

A Conab, do Brasil, disse que a produção nos estados de São Paulo e Minas Gerais permaneceu estável ao longo dos últimos 15 anos, em cerca de 340 milhões de caixas.

O Brasil estava mais preparado que a Flórida para o greening, uma doença bacteriana transmitida por insetos descoberta em laranjais do estado em 2005, porque havia instalado sistemas após os surtos de uma bactéria conhecida como antracnose, disse Juliano Ayres, diretor da Fundecitrus, fundada pela Cutrale, em Araraquara, que divulga alertas quando as doenças se espalham.

ANÁLISE, ACUSAÇÕES

A ascensão de Cutrale no ramo das laranjas atraiu oposição. Nos anos 1980, ele estava entre os produtores brasileiros acusados pelo Departamento de Comércio dos EUA de vender suco nos EUA a preços considerados muito baixos pelos produtores da Flórida, embora tenha conseguido que as medidas anti-dumping dos EUA fossem removidas em um caso na Organização Mundial do Comércio encerrado em 2013.

A associação de produtores de cítricos do Brasil acusou a Cutrale, a Citrosuco e uma unidade da Louis Dreyfus de formarem um cartel para manter os preços das laranjas que compravam artificialmente baixos desde os anos 1990.

As empresas fabricantes de suco negaram a acusação por décadas e a decisão das autoridades antitruste está pendente.

"A Cutrale manipula o mercado e cria uma barreira para a entrada da concorrência", disse Flávio Viegas, presidente da associação, que foi fornecedor da Cutrale durante mais de quatro anos a partir de 2004.

Dino Tofini, um ex-fabricante de suco que morreu em 2013, disse a legisladores do estado de São Paulo em uma audiência em 2010 que era forçado a participar de reuniões semanais de fixação de preços orquestradas pela Cutrale.

A polícia reuniu 30 sacos de documentos e computadores de exportadores de laranjas em uma operação realizada em 2006 conhecida como "Fanta".

PRÁTICAS TRABALHISTAS

O conjunto de bens, que incluía uma submetralhadora Uzi apreendida no escritório de um diretor da Cutrale, segundo o jornal Folha de S. Paulo, ficou bloqueado durante quatro anos até os investigadores terem acesso, pois os exportadores diziam que a evidência havia sido obtida ilegalmente.

Empresas envolvidas em cartéis podem receber multas de até 20 por cento do faturamento bruto anual.

A Cutrale nega qualquer irregularidade e disse em um e-mail que está cooperando com os investigadores. A empresa disse que criou 20.000 empregos globalmente e que "contribui positivamente" com suas comunidades, citando doações de robôs para um hospital local e porções diárias de suco de laranja servidas a 2.000 crianças em idade escolar.

O bilionário também enfrentou investigações a respeito das práticas trabalhistas de sua empresa. Procuradores no estado de São Paulo dizem que investigaram as práticas trabalhistas da Cutrale 286 vezes na última década, contra 50 vezes na Citrosuco e 71 na Louis Dreyfus. Algumas investigações resultaram em ações judiciais e outras, em acordos.

DOAÇÕES POLÍTICAS

Em março de 2014, um tribunal ordenou que a Cutrale e outras duas empresas pagassem R$ 113 milhões (US$ 43 milhões) e deixassem de subcontratar colhedores de laranjas irregularmente. A Cutrale negou qualquer irregularidade e preferiu não comentar casos ativos.

Os políticos cobiçam o apoio de Cutrale, apesar das acusações.

Empresas do bilionário doaram R$ 21 milhões na eleição de 2014, incluindo R$ 6 milhões para a campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff e 9,8 milhões para membros do PSDB, partido de oposição no âmbito federal que governa o estado de São Paulo.

Em "Entreatos", um documentário dirigido pelo colega bilionário João Moreira Salles a respeito da campanha de 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva, o futuro presidente pede que um assessor escreva uma declaração de apoio e que Cutrale a leia na TV.

"Ontem jantei com Cutrale", disse Lula a um aliado de campanha no filme. "Eu falei: Escuta aqui, você é muito meu amigo, é a terceira vez que a gente se encontra. E o apoio? Quando é que você vai declarar o apoio? Ele falou: Precisa? Eu falei: Precisa. Eu quero que você diga 'olha, eu sou um grande exportador, o maior exportador individual deste país".

**** Jornalista da Bloomberg News.***

TRF3 condena homem acusado de forjar união estável para receber pensão por morte

Réu fraudou documentos e em outra ação havia declarado ser homossexual

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) confirmou a condenação de um acusado de São João da Boa Vista (SP) por estelionato contra a Previdência Social.

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o acusado por ter induzido a erro o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para receber pensão por morte por aproximadamente quatro anos. Ele alegava ter mantido união estável com uma falecida segurada da autarquia.

Em primeiro grau, o acusado foi condenado pelo crime do artigo 171, § 3º (estelionato contra ente público) do Código Penal. No recurso ao TRF3, ele afirmou ser parte legítima para receber o benefício em decorrência da morte de sua companheira e que há escritura pública da união estável.

Segundo o réu, as testemunhas de acusação são suas inimigas e "não apresentaram subsídios para elucidação dos fatos e que o benefício em questão não foi obtido mediante fraude, pois foi instruído com documentos legítimos".

Ao analisar o caso, a Primeira Turma do TRF3 destacou que a primeira indicação de fraude no pedido do benefício previdenciário é que ele foi instruído com um contrato de abertura de contra conjunta firmado pela segurada com data posterior à sua morte.

A defesa do acusado afirmou também que ele, embora estivesse divorciado da segurada falecida em 1989, voltou a viver maritalmente com ela, tendo sido a união estável declarada por escritura pública, revelando uma convivência de mais de quatro anos até a data de 20 de setembro de 2000.

Contudo, em ação que tramitou perante a Vara Distrital de Aguaí (SP), o réu declarou em juízo ser homossexual, diante do que, no entender da Turma, a escritura pública perde efetivamente credibilidade sobre a relação de convivência entre ele e a segurada. Para os desembargadores federais, não foi comprovado, conforme exige o artigo 1723 do Código Civil, uma relação pública e duradoura com o objetivo de constituir família.

A Turma localizou ainda outras provas documentais que negam a convivência marital entre réu e segurada. Ela havia ajuizado na Vara Distrital de Aguaí uma ação para anular uma procuração pública a ele outorgada, bem como uma nota promissória, alegando que havia sido enganada por ele quando estava em estado de embriaguez, tendo o acusado pedido a ela para assinar os documentos. Nessa ação, a falecida segurada disse ainda que o réu, de posse da procuração pública, dirigiu-se à Caixa Econômica Federal e efetuou saques de seu fundo de garantia, sem seu conhecimento e autorização.

Na mesma ação anulatória, a segurada relata que vivia na edícula dos fundos da casa do réu pagando aluguel, sem manter qualquer relacionamento íntimo com ele, tendo mudado de endereço posteriormente. "Quem paga aluguel", diz a decisão, "não pode ser tida como convivente, em união estável, na forma da lei."

Ainda na mesma ação anulatória, a segurada foi submetida à perícia médica, cuja conclusão foi a de que "a requerente é alcoólatra habitual" e "está apresentando quadro demencial devido ao uso habitual de bebidas alcoólicas, sua capacidade e vontade estão extremamente prejudicadas". Para a Primeira Turma, isso torna corrobora a sua versão de que foi ludibriada pelo acusado ao assinar documentos, inclusive a escritura pública de união estável.

A segurada recebia aposentadoria por invalidez em virtude de alcoolismo e veio a falecer apresentando quadro demencial por abuso de álcool. Seu atestado de óbito, diz a decisão, enumera como causa da morte cirrose hepática e alcoolismo crônico.

Concluiu o relator: "Da análise das provas documentais acima coligidas, é indene de dúvidas a inexistência de relação afetiva em união estável entre o réu e a Sra. (...), dada a ausência de demonstração de convivência sob o mesmo teto, ausência de apresentação como casal, falta de confiança e zelo pelo outro, além de disputas judiciais, não se constatando, diante desse contexto, o exigível affectio maritatis, para configuração da chamada união estável."

Apelação Criminal nº 0000125-51.2007.4.03.6127/SP

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*
Vice-presidentes - *Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/diretoria-vogal*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*

Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos e Jorge Nisenbaum.*

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - *Ary da Silva Graça Filho, José Carlos Monteiro, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Roberto Procópio de Lima Netto, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

Diretoria Adjunta
Diretores - *Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design
Foto Comitê Rio 450

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

A palavra é a Comunicação

*Andréia Lopes**

FOTO COMITÊ RIO 450

"O mundo continua girando e celebrando a comunicação como o agente principal da nossa história e da nossa cultura."

Sou do tempo do orelhão. Da carta no envelope. Do fax. Do papel grampeado e da *xerox*. Do tempo em que a vida toda era um registro no papel. Papel em branco ou pautado e isso muito antes de pensar ainda no reciclado. Havia bilhetes por todas as partes e aqui deve surgir o *post-it*. Passava na mesa dos colegas do trabalho, porque sim, ia-se ao encontro das pessoas em outros andares, outros prédios com muitas histórias.

Ali o email não falava a mesma língua. O Wzap nem sonhava em balbuciar. Portanto ia-se lá *inloco* ver a pessoa, onde começava um mundo de possibilidades. Do abraço à conversa para colocar todos os assuntos em dia e colher afetos.

Bom motivo para colocar os assuntos em dia de trabalho, da vida e de quebra compartilhar o outro. O novo amor, as férias e o sonho da viagem chegando, o projeto da casa ,um livro interessante e a liquidação imperdível.

Era isso .Um tempo em que o *Wzap* era o *post-it.*

Facebook era a esquina.

Mais cedo era o recreio e mais tarde o encontro no bar.

Quando o Instagram era um álbum de capa dura seguido por várias páginas que contavam capítulos em registros fotográficos e assim ficava guardada a memória. Sem limites de gigabytes.

Tantos arquivos que iam parar na prateleira da estante ou na caixa, próximos aos dedos e possível ao toque e ao olfato. Só revelavam-se fotos aprovadas: as bonitas e com coloridos sem filtro.

Tempo em que o Twitter era uma ligação de aparelho telefônico fixo (aquele que ficava na mesinha do corredor) cujo número era acessado em um disco de forma orgânica girado vagarosamente com a ponta do dedo indicador emitindo um som universal e que só cessava quando a ligação era concluída.

Nesse mesmo longínquo e tão próximo tempo os meios e os canais não eram tão diferentes do que hoje dispomos, guardavam e revelavam com o mesmo mistério o caminho da mensagem, que de forma mágica atravessava mundos e unia seus interlocutores.

O mundo continua girando e celebrando a comunicação como o agente principal da nossa história e da nossa cultura.

Bem vindos os novos pombos-correio e todas novidades tecnológicas que os gigantes das redes sociais possam criar. Elas nos unem pela palavra. E a palavra é a comunicação.

** Publicitária. Trabalhou nas agências de propaganda: DM9, África, McCann-Erickson, DPZ, Young & Rubicam e Fischer-America. Em 2014 integrou a equipe do Comitê Rio 450, depois chefiou a Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro e mais tarde assumiu o posto de Assessora de Comunicação do Ministério da Cultura, em Brasília.*

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 500 escritórios em 82 países. **FAÇA SUA ESCOLHA.**

25anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vila Velha - ES

Siga-nos:

Há 20 anos entregando resultados.

A Vértice acredita em serviços prestados com objetividade, foco no cliente, competência e, acima de tudo, ética. Esses são os valores que nos conduziram por 20 anos e que sedimentam nossa trajetória para o futuro.

20 ANOS Vértice

AUDITORIA – CVM
DUE DILIGENCE
AUDITORIA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA
ASSESSORIA EM M&A
CONSULTORIA FINANCEIRA E CONTÁBIL
PERÍCIA CONTÁBIL E ECONÔMICA - JUDICIAL E ARBITRAGENS

Vértice

Travessa do Ouvidor, 17 / 4º andar - Centro · Rio de Janeiro · RJ
Tel.: + 55 21 2252-4509

www.verticeconsultoria.com.br